

PALESTINA

Pela derrota do imperialismo e do sionismo

SINDICAL

APEOESP + pag/14

BREVE BALANÇO DOS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO E DA ATUAÇÃO DA APEOESP EM 2023

SINDICAL

SINPEEM + pag/12

BALANÇO POLÍTICO E PROJEÇÕES DA LUTA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL PAULISTA



Um ano de governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin foi *bom para os capitalistas, mas não para as massas.*

CRITICA

+ pag/17

Para onde vai o Cerqui?

1 ano do governo Lula

NACIONAL

+ pag/4

Orçamento 2024 e Reforma Tributária aprovados: a política pró-capital financeiro do governo Lula/Alckmin

NACIONAL

+ pag/7

Barbárie contra os povos indígenas se mantém

INTERNACIONAL



ARGENTINA

Milei coloca seu ataque, o mais profundo já visto na Argentina

A resposta é greve geral por tempo indeterminado, organizada por meio das assembleias e comitês de base

+ pag/30

Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!

Um ano de governo burguês de Frente Amplia de Lula/Alckmin foi bom para os capitalistas, mas não para as massas

 Os resultados econômicos apresentados pelo governo e divulgados pela imprensa burguesa mostram que as coisas melhoraram para os investidores rentistas, as empresas, os empresários do agronegócio e os bancos. A inflação foi menor que a prevista. O saldo da balança comercial superou as previsões. O dólar caiu. As bolsas de valores renderam o triplo da inflação. As bolsas de auxílio social foram mantidas. O governo aprovou, em um ano, medidas que estavam encalhadas há décadas, como a reforma tributária. Concedeu cerca de R\$ 370 bilhões em financiamentos aos grandes produtores agrícolas. O Brasil passou a liderar a exportação de produtos alimentícios industrializados. O parlamento impôs o marco temporal das terras indígenas, de proteção aos capitalistas e desproteção aos indígenas (tomada de suas terras para exploração de todo tipo). Também impôs a preservação da desoneração de pagamento do INSS a 17 setores da economia. Modificou e aprovou o Arcabouço Fiscal, que garantirá o sustento da dívida pública, acima de todas as coisas, limitando os gastos públicos.

Há ainda a notícia de que se atingiu a maior quantidade de empregados no país, mais de 100 milhões. Só que esta notícia oculta que 40 milhões destes não têm nenhum direito trabalhista, nem 13º, nem férias, nem FGTS. Mais: o salário mínimo foi fixado em R\$ 1.412,00. Aí é que se começa a ver como está a situação real das massas.

Para os capitalistas, que buscam a melhor lucratividade no momento e local, é melhor fechar fábricas. Acelera-se o processo de desindustrialização do Brasil. Os operários são demitidos, ou têm de aceitar as “demissões voluntárias”, ambas realizadas com a conivência das direções dos sindicatos e das centrais, da direita à esquerda. Mesmo que lutem, as direções isolam e sabotam as greves, e costuram os acor-

dos malditos com os patrões.

O Arcabouço Fiscal, a principal medida de política econômica, prevê cortes de gastos em serviços sociais públicos, como saúde e educação, caso as metas de déficit zero não sejam alcançadas. A reforma tributária amplia o total da arrecadação, penalizando a classe média empobrecida e demais assalariados, em benefício das empresas, que pagarão menos impostos na produção.. A isenção de pagamento do Imposto de Renda continua restrita a quem ganha pouco mais de dois mil reais mensais. A política de congelamento salarial do funcionalismo federal, iniciada por Bolsonaro, em 2020, se mantém com o reajuste zero para 2024.

A matança de pretos e pardos nas periferias aumenta, e as polícias recebem mensagens da Justiça burguesa no sentido de que devem prosseguir com isso, cada vez menos sujeitas a investigações e a punições. Pouco ou nada foi feito em favor dos moradores de lugares sujeitos a enchentes, inundações, deslizamentos de terra, afundamentos. Para centenas de moradores de São Sebastião, bairro de Vila Sahy, no Estado de São Paulo, além dos prejuízos causados pelas chuvas do verão passado, estão ameaçados de perder as moradias por desapropriação e mudança para área sem escola, sem saneamento, sem unidade de saúde, etc.

Os educadores são desintegrados física e intelectualmente com as medidas governamentais. O trabalho é estendido e precarizado cada vez mais; os salários são arrochados; muitos perdem o emprego depois de anos de trabalho. Os estudantes ficam sem poder estudar e trabalhar ao mesmo tempo, acabam expulsos das escolas. São submetidos a experimentos como os do Novo Ensino Médio. A maioria é impedida de cursar ensino superior, e grande parte paga para isso nas universidades privadas. Os que conseguem acesso, enfrentam a precarização da universidade, cortes

O Arcabouço Fiscal, a principal medida de política econômica, prevê cortes de gastos em serviços sociais públicos, como saúde e educação, caso as metas de déficit zero não sejam alcançadas. A reforma tributária amplia o total da arrecadação, penalizando a classe média empobrecida e demais assalariados, em benefício das empresas, que pagarão menos impostos na produção.. A isenção de pagamento do Imposto de Renda continua restrita a quem ganha pouco mais de dois mil reais mensais. A política de congelamento salarial do funcionalismo federal, iniciada por Bolsonaro, em 2020, se mantém com o reajuste zero para 2024.

na permanência, falta de professores e funcionários.

Os indígenas, que estão fortemente ameaçados, são submetidos às políticas do cretinismo parlamentar e judicialização, dominantes entre as direções de todos os movimentos sociais. Seu movimento é mantido isolado, quando precisaria da unidade com os camponeses pobres e o proletariado, rural e urbano. Sem essa perspectiva de unidade na luta de classes, acabam servindo de suporte ao eleitoralismo.

Eleitoralismo que se aproveita também das diversas formas de opressão social, manifestações da opressão de classe. Enquanto se tem cada vez mais violência e assassinato de mulheres, negros, homossexuais, crianças, etc.,

apesar das leis que se aprovam em sua proteção, as direções desses movimentos se recusam a unificar as lutas, permanecendo no identitarismo e no sectarismo, que servem bem às aspirações eleitoreiras, mas são um prejuízo à luta dos oprimidos por sua libertação da exploração capitalista. A unidade na luta de classes, que defende todas as reivindicações de cada um desses setores, permite ter a força necessária para se opor ao aumento da violência e mortes. Mas o divisionismo, o cretinismo parlamentar e a judicialização colocam o destino das reivindicações nas mãos do Estado burguês, fonte primária da violência sobre as massas.

As massas se movimentam, apesar de suas direções. São movidas pelas contradições objetivas do capitalismo em decomposição, que cada vez mais se afunda no trajeto de sua crise mundial.

De um lado, a burguesia mundial procura se proteger das tendências destrutivas que retrocedem as forças produtivas nas economias das potências imperialistas de conjunto. Sob a liderança dos EUA, busca o caminho de sustento do parasitismo financeiro a partir dos Estados nacionais, com a imposição da maior exploração da força de trabalho, por meio da destruição de direitos e de serviços sociais, e, finalmente, por meio da destruição maciça das forças produtivas mundiais, por meio das guerras, que impulsionam as indústrias bélicas e ativam artificialmente setores econômicos.

O retrocesso produtivo das potências imperialistas permitiu um avanço das economias dos Estados Operários degenerados, particularmente a da China, mas também a da Rússia. Apoiadas nas economias nacionalizadas pelas revoluções proletárias, as burocracias contrarrevolucionárias que usurparam o poder político e econômico se lançam a conquistar espaços antes ocupados pelas potências, dentro e fora de seus países. Jamais pretendaram destruir o poder das potências capitalistas, seus objetivos são imediatos e têm como base a preservação dos fundamentos de seu poder político e ganhos: a proprie-

dade nacionalizada. Por isso, atuam no cenário mundial defendendo acordos que permitem não se consumarem as guerras, pretendidas pelos países imperialistas, especialmente pelos EUA. A guerra na Ucrânia foi realizada depois de dois anos de negociações e acordos, que foram abertamente usados pelas potências como meio de preparação para que a Ucrânia ingressasse na OTAN e se fechasse o cerco militar à Rússia. Não se podem apoiar os métodos burocrático-militares da burocracia encabeçada por Putin, muito menos sua política ou seu governo. Somente se deve ficar ao lado da Rússia contra a OTAN por causa da defesa da propriedade nacionalizada e para combater o imperialismo, onde quer que ele ataque. A “vitória” da Rússia na Ucrânia não levará à paz, mas impedirá que, temporariamente, o braço armado do imperialismo, a OTAN, avance para outros territórios.. Os EUA não têm outro caminho hoje que não passe pela guerra.

O mesmo se nota na questão do genocídio sionista sobre os palestinos. Quem sustenta militarmente a mortandade sobre Gaza e ataques nas vizinhanças, com todos os insumos necessários, são os EUA. O governo Biden está por trás desse massacre, embora publique notas hipócritas, voltadas à “moderação” da violência do Estado sionista de Israel.

E, sem dúvida, as pressões vindas de Moscou e de Pequim, contra qualquer resposta de países aliados seus em defesa dos palestinos de Gaza, também colocam sobre os ombros da burocracia contrarrevolucionária parte da responsabilidade pela insuficiência militar no combate dos palestinos contra Israel. Ainda nesse sentido, os movimentos de greves, boicotes e fechamento de portos e aeroportos, bem como as grandes manifestações de massas em vários países, o afundamento dos barcos pró-Israel no Mar Vermelho pelos militantes Houthis, despeja pressão contra o Estado sionista de Israel; e as políticas das direções das organizações de massas, que não organizam a luta de classes para

impôr aos governos a inviabilização do genocídio sobre Gaza, colaboram para que se mantenham acordos, comércio, etc. com Israel, o que lhe dá fôlego para esmagar os palestinos.

As massas, no mundo e no Brasil, com suas particularidades, reagem aos ataques capitalistas como podem. As direções assimiladas pela política burguesa são seu obstáculo. A ausência de um partido mundial da revolução socialista dificulta seu avanço de forma mais organizada, unitária e independente.

O ataque de Israel a Beirute, para matar o vice-chefe político do Hamas, em 02/01/24, os ataques às tropas governamentais no nordeste da Síria, o assassinato de um general iraniano no Iraque, são nítidas provocações manejadas pelos EUA no sentido de expandir a guerra na região. Respostas bélicas podem ser deflagradas por pressão das massas no sentido de rechaçar os ataques israelenses/estadunidenses.

As massas, no mundo e no Brasil, com suas particularidades, reagem aos ataques capitalistas como podem. As direções assimiladas pela política burguesa são seu obstáculo. A ausência de um partido mundial da revolução socialista dificulta seu avanço de forma mais organizada, unitária e independente.

A defesa das reivindicações mais sentidas pelas massas, unificadas ao redor delas e organizadas com independência de classe a partir de seus métodos próprios de luta, ajudam a impulsionar as tendências gerais da luta de classes e de rebelião das nações oprimidas contra o imperialismo, aproximando-as da revolução socialista. É por esse percurso que trabalhamos, construindo um partido proletário revolucionário internacionalista. ●

ORÇAMENTO 2024 E REFORMA TRIBUTÁRIA APROVADOS: A POLÍTICA PRÓ-CAPITAL FINANCEIRO DO GOVERNO LULA/ALCKMIN

A VELHA POLÍTICA DO SUSTENTO DA DÍVIDA PÚBLICA, PIORADA

Nos últimos dias de dezembro, entre os dias 20 e 22, foram aprovadas a EC 123/2023, da Reforma Tributária, e o PLN 29/2023, do Orçamento para 2024. As duas medidas, ao lado de uma terceira, a aprovação da LC 200/23, do Arcabouço Fiscal, demonstram o quanto o governo Lula/Alckmin, ao contrário do que afirmam editoriais da esquerda e da direita burguesas, foi “vitorioso” nesse seu primeiro ano. O que era essencial para a macro política econômica, de sustentação da Dívida Pública, foi planejado e votado conforme o desejo do grande capital financeiro, o principal pilar de mais esse governo burguês.

Assim como se previa ao longo do ano, quando ocorreram dois bloqueios de verbas aos ministérios ligados aos serviços públicos, no valor total de R\$ 4,9 bilhões, o orçamento para 2024 já nasce completamente estrangulado pelo pagamento da Dívida Pública e pela politicagem burguesa.

O orçamento aprovado é R\$ 5,5 trilhão, dos quais R\$ 1,7 trilhão é para arrolar a Dívida, ou seja, contrair mais dívida, pela emissão de mais títulos públicos, e manter essa política do endividamento; mais R\$ 300 bilhões são para o pagamento de amortização, isto é, em tese para “diminuir” o montante total, o que, pelo arrolamento, é impossível; e mais R\$ 400 bilhões para o pagamento de juros; na prática, são R\$ 700 bilhões que vão para o capital financeiro.

Outro parasitismo também foi mantido: o dos recursos para os currais eleitorais dos parlamentares. Foram aprovadas R\$ 54 bilhões em emendas, das quais R\$ 25 bilhões em emendas “impositivas”, que o governo não pode protelar ou negar a execução, assim como deve priorizar o pagamento dessas emendas em relação às despesas discricionárias (não obrigatórias), que são usadas, em geral, para investimento. Além disso, foi aprovado o fundo eleitoral em R\$ 4,9 bilhões, mesmo valor que foi bloqueado esse ano para

os ministérios.

Quando se olha para a distribuição dos recursos entre os ministérios, percebe-se o contraste com os números do parasitismo. O “novo” PAC teve diminuído seus valores, de R\$ 61 bilhões para R\$ 54 bilhões. O total de recursos para investimentos federais chegou a R\$ 73,2 bilhões (o ano passado foi R\$ 71 bilhões). Esses são, no entanto, os maiores números, porque das 38 pastas ministeriais (31 ministérios, três secretarias e quatro órgãos equivalentes a ministérios), apenas 7 têm orçamento superior a R\$ 50 bilhões (“Previdência Social”, cerca de R\$ 935 bilhões; “Desenvolvimento e Assistência Social”, R\$ 281 bilhões; “Saúde”, R\$ 231 bilhões; “Educação”, R\$ 180 bilhões; “Defesa”, R\$ 126 bilhões; “Trabalho e Emprego”, R\$ 111 bilhões; “Transportes”, R\$ 57 bilhões). Seis ministérios têm entre R\$ 10 a 33 bilhões, e oito sequer têm R\$ 1 bilhão como recurso (“Povos indígenas”, “Defensoria Pública da União”, “Esporte”, “Direitos Humanos e Cidadania”, “Pesca e Aquicultura”, “Turismo”, “Mulheres e Igualdade Racial”), mostrando o quão “representativo” é o governo ao criar pastas como a das “Mulheres” ou a da “Igualdade Racial” ou a dos “Povos Indígenas”, mas torná-las insignificantes quanto ao poder de ação (orçamento pífio entre R\$ 200 a 400 milhões).

A Lei orçamentária também apresentou o valor do salário mínimo, rebaixando o prognóstico anterior, de R\$ 1.421 para R\$ 1.412, bem como manteve a possibilidade de contingenciamento (não repasse das verbas por um período) ou bloqueio (não repasse, sem data), o que permite que os valores aprovados, sobretudo em pastas como “Cultura”, “Educação”, “Saúde”, “Transportes” possam ser cortadas a qualquer momento, conforme o governo identifique que não cumprirá a meta fiscal, que é estabelecida para 2024 como de “déficit zero”, isto é, as despesas não podem ultrapassar as receitas, ainda que se permita um limite a mais de R\$ 28,6 bilhões no resultado primário,

dentro do qual o governo não estaria descumprindo o novo regime fiscal. O governo esperava que esse teto estivesse em R\$ 56 bilhões, o que o vai obrigar necessariamente a bloqueios.

A verdadeira “derrota” do governo foi ter o veto de Lula derrubado quanto à desoneração da folha de pagamento, o que beneficia frações dos capitalistas nacionais, mas retira cerca de R\$ 20 bilhões do orçamento, que poderia servir ao parasitismo financeiro. Perda que o governo deve compensar com novas taxações e impostos, como a manutenção da MP 1185/2023, que pode arrecadar mais R\$ 35 bilhões para 2024, e diminuirá incentivos fiscais para os capitalistas. Aliás, no fechar do ano, em 28/12, Haddad apresentou outra MP que busca reonera a folha de pagamento de forma gradual, com previsão de arrecadação de R\$ 6 bilhões em 2024. Mesmo que frações de capitalistas, por meio de representantes no Congresso, mostrem oposição à medida e ela possa não se realizar de forma integral, o governo aponta que continua firme em seu intento de manter a política de déficit zero, própria do imperialismo. Ou seja, na concorrência entre os capitais, o Estado privilegia as maiores e as mais poderosas frações; nesse caso, a do capital financeiro, que vive do parasitismo da Dívida Pública e quer a centralização da economia nas mãos dos Estados nacionais, para fazer frente à crise de acumulação e reprodução do capital, em nível mundial.

A REFORMA TRIBUTÁRIA APROVADA

Já falamos no OI nº 05, como a Reforma tributária discutida pelo Congresso tem o objetivo de centralizar impostos pela União, de modo a garantir maior centralização dos gastos, que devem ser dirigidos prioritariamente para o pagamento de juros da Dívida Pública. A chamada “simplificação” dos impostos atuará, a médio e a longo prazos, para retirar o poder de municípios e de estados em controlar a distribuição da arrecadação. Ou seja, diminuirá o

poder das oligarquias regionais e seus interesses locais, para garantir uma política de sustento do capital financeiro, nacional e internacional. São os interesses das grandes frações do capital que se impõem contra os das médias e pequenas, na atual fase de crise do capitalismo mundial. A contrarreforma responde, portanto, a uma política pró-imperialista e antinacional, de centralização política exercida pelo capital financeiro para impor seus interesses mais gerais. Não tem nada de “progressista”. Diminuirá os impostos sobre a produção, para aumentar sobre o consumo, confiscando ainda mais os salários do proletariado e da classe média, que não podem sonegar ou fugir dos impostos e das taxações.

Além dos dois novos impostos criados, IBS (municipal e estadual) e CBS (federal), extinguindo ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins, a Reforma aprovada criou um novo imposto, o IS, que deve taxar comercialização de produtos e serviços prejudiciais ao meio ambiente. Uma medida para agradar os organismos internacionais e ir contra os pequenos capitalistas, que não podem se adequar à “legislação verde”, reforçando o processo de concentração de capitais.

A ação do Executivo, compactuada com o Legislativo, não significou, no entanto, que as oligarquias regionais não alteraram em nada a proposta original, desengavetada pelo Executivo. O Senado, por exemplo, garantiu que o setor automotivo e de fabricantes de baterias continuassem excluídos de regimes específicos de taxação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, assim como manteve um regime especial para a Zona Franca de Manaus, “equilibrando” com outras regiões que teriam o IPI zerado, quando se tratasse de produtos não industrializados pela Zona.

Outra medida que atenua as perdas regionais e que, a curto prazo, devem amenizar o impacto do novo regime tributário, é a criação dos Fundos de compensação de perdas. O Fundo de Desenvolvimento seria uma compensação para os estados que hoje se beneficiam da chamada “guerra fiscal”, já que a taxação será no consumo e não na produção, o que deve prejudicar estados historicamente mais pobres e menos populosos, e que funcionaria até 2032 (R\$ 160 bilhões de 2025 a 2032). Ou-

tro fundo, o Fundo regional, seria para “equilibrar” a arrecadação entre estados, de caráter permanente, que receberia R\$ 570 bilhões em 14 anos, e mais R\$ 60 bilhões, a partir de 2043. Embora os fundos tenham rateio já definido em lei, nada impede que reformas complementares retirem o poder ou diminuam esses fundos, conforme os interesses do capital financeiro se impuserem.

A proposta final aprovada ainda cortou a “cesta básica estendida”, mantendo apenas a “básica”, com treze itens somente, o que mostra que as alterações efetuadas pela Câmara e pelo Senado apenas buscaram preservar alguns interesses regionais, mas não o interesse da maioria nacional, que verá os impostos indo cada vez mais para o ralo da Dívida Pública, tendo assim confiscados, também, os seus salários indiretos, por meio de serviços sociais, como saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura das cidades etc que terão seus recursos diminuídos.

DERRUBAR NAS RUAS A POLÍTICA DE SAQUE DAS RIQUEZAS NACIONAIS

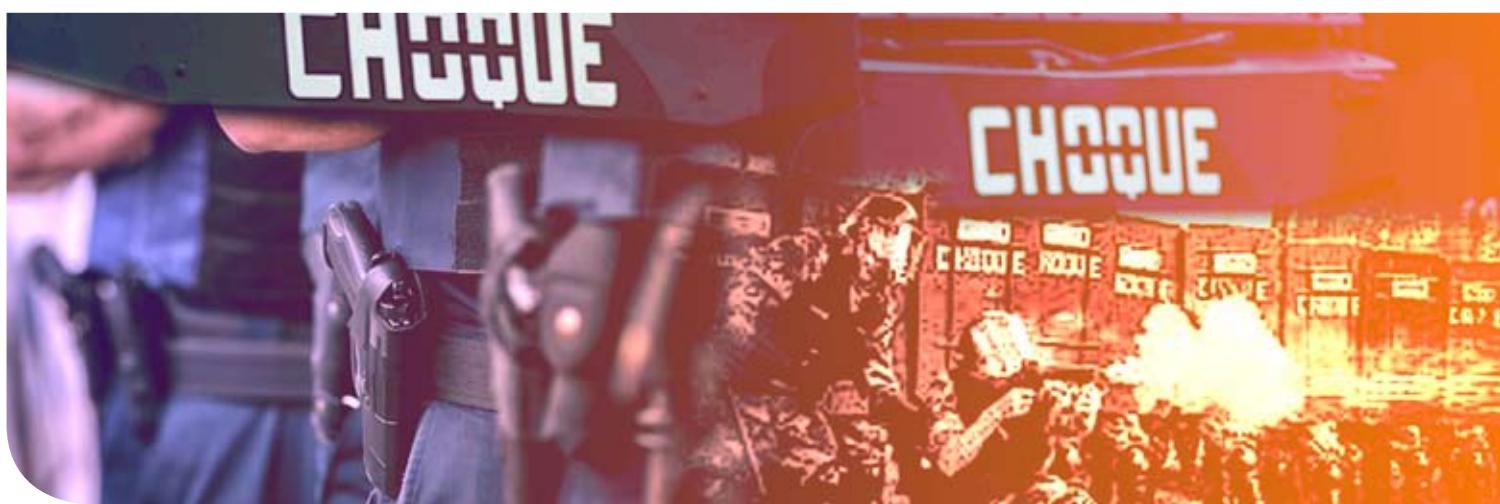
Quando olhadas em conjunto, o Arrebocô fiscal, a Reforma tributária e as diretrizes da LDO, vemos que se trata de uma mesma política, cujo foco é drenar as riquezas nacionais, a partir do orçamento do Estado, sustentando o parasitismo financeiro. Para isso, o governo central pode até se chocar com frações do capital nacional, ao propor a taxação de fundos exclusivos, a não desoneração da folha de pagamento para setores produtivos, a diminuição de subvenções ligadas a incentivo federal, etc. A política do Estado é, no entanto, orientada a defender os interesses gerais da burguesia, o que, na fase imperialista, significa responder à crise de superprodução, de reprodução do capital em escala mundial, de modo a saquear riquezas nacionais, sobretudo, dos países semicoloniais com menor soberania, para o grande capital financeiro transnacional. A destruição de forças produtivas e de concentração de capitais continua vigente e mais forte na atual conjuntura.

A política de endividamento do Estado e dos regimes fiscais é própria dos últimos quarenta anos, quando a política neoliberal se orientou a centralizar a política dos diferentes Estados burgueses pelo mundo, reduzindo os orçamentos

para os serviços sociais, aumentando a precarização do trabalho e impondo as contrarreformas. De Fernando Henrique Cardoso até hoje, essa política não foi suspensa em nenhum governo, independente de sua matriz ideológica, porque todos os governos burgueses estiveram submetidos a essas diretrizes gerais. Esse quinto mandato do PT à frente do Estado apenas intensifica essa política econômica em um etapa da crise capitalista, que se caracteriza por desindustrialização maior das economias capitalistas, pela inflação e estagnação mundiais, por uma nova rodada de contrarreformas a serem impostas e por um novo impulso das tendências bélicas.

Responder a essa política econômica é atuar concretamente contra os governos e os capitalistas, independente das ideologias e dos discursos que assumam. A disputa interburguesa pela política de juros, pela oneração ou desoneração de impostos, por certas “reformas”, não interessa à classe operária e ao conjunto dos assalariados, assim como não interessam as disputas comerciais entre países e capitalistas nacionais e internacionais. A política proletária parte das reivindicações elementares, de defesa dos direitos, dos empregos e dos salários, opondo-se a todos os governos e a todas as frações burguesas a partir dos métodos da ação direta, as paralisações do trabalho, os atos de rua, os bloqueios de avenidas e rodovias, a ocupação de prédios, as greves setoriais e gerais. Essa política garante a independência de classe na prática, e é fundamentada na oposição revolucionária aos governos burgueses, e pela estratégia da revolução proletária, cujo objetivo, em sua forma inicial, é expropriar o grande capital nacional e internacional em cada país, nacionalizando e estatizando os meios de produção, o sistema bancário e as terras, e, com isso, eliminando o saque das riquezas e das forças produtivas nacionais pelas potências e pelas frações imperialistas. Lutar contra o novo regime fiscal, contra a reforma tributária e o conjunto de contrarreformas, bem como se chocar com os cortes e limitações do orçamento para as áreas sociais, são as tarefas para o ano de 2024 que a vanguarda classista deve assumir, levantando os métodos de luta e as reivindicações elementares. ●

APROVADA A LEI ORGÂNICA DAS POLÍCIAS MILITARES, com acordo entre governistas e bolsonaristas



A Lei Orgânica das Polícias Militares (LOPM) foi aprovada pelo Congresso Nacional. O projeto já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados, em dezembro de 2022 (ainda sob o governo Bolsonaro), quando teve a relatoria do deputado bolsonarista Capitão Augusto (PL/SP), e o apoio da “banda da bala”. No Senado Federal, o projeto foi aprovado por acordo entre as bancadas governista e a oposição bolsonarista, de forma que não foi levado para discussão e para aprovação no plenário.

A LOPM, sancionada por Lula, determina que as polícias militares são “força auxiliar e reserva do Exército”; organizadas com base na “hierarquia e disciplina”; estruturam-se de soldado a coronel, reproduzindo a hierarquia do Exército; possuem um sistema de ensino próprio e controlado pela Polícia Militar (fora da LDB), etc.

Há artigos que têm redação típicas de regimes militares, como o artigo 5º, inciso

XI, que dispõe que compete à PM “produzir, difundir, planejar, orientar, coordenar, supervisionar e executar ações de inteligência e contra-inteligência destinadas à execução e ao acompanhamento de assuntos de segurança pública, da polícia judiciária militar e da preservação da ordem pública (...”).

Ou ainda o inciso XVI do mesmo artigo, que diz que é competência das PMs “emitir manifestação técnica, no âmbito de suas atribuições constitucionais e legais, quando exigida a autorização de órgão competente em eventos e atividades em locais públicos ou abertos ao público que demandem o emprego de policiamento ostensivo ou gerem repercussão na preservação da ordem pública, realizar a fiscalização e aplicar as medidas legais, sem prejuízo das prerrogativas dos demais órgãos de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Lula sancionou a LOPM com alguns vetos: 1) Vetou a subordinação das ouvidorias aos comandantes-gerais das PMs, distintamente de como é hoje que as ouvidorias são subordinadas à Secretaria de Segurança Pública; 2) Vetou a permissão de militares participarem de manifestações políticas com e sem fardamento; e 3) A restrição de 20% à participação feminina (que seria um teto, não um piso).

Como se vê, a LOPM nada mais é do que a adequação do Decreto Lei 66/1969 da ditadura (que transformou as polícias militares em polícia política), agora sob a vigência da Constituição “Cidadã” de

1988. Reproduz todo o entulho criado no regime militar, só que adequado à retórica do regime democrático (que não deixa de ser a ditadura de classe da burguesia, sob outra forma), bem distante de toda a formulação que os reformistas defendem em palavras, como desmilitarização da PM e sua transformação em polícia civil, policiamento “comunitário”, controle da atividade policial pela “sociedade civil”, obrigatoriedade do uso de câmeras por policiais, etc.

A aprovação da LOPM não é um nenhum raio no céu azul, tendo em vista que o “Partido dos Trabalhadores” já foi responsável pelo aperfeiçoamento do aparato repressivo estatal burguês quando criou a Força Nacional de Segurança, em 2004, e a Lei “Anti-terrorismo”, em 2016,. A participação dos supostos reformistas no fortalecimento dos instrumentos do Estado policial, junto dos bolsonaristas, demonstra que o PT acompanha a direitização da política burguesa, e que cumpre fielmente seu papel de instrumento da ditadura burguesa contra os explorados e oprimidos.

Em oposição às variantes da política burguesa, a política operária para as polícias defende o direito de sindicalização e organização dos policiais, apóia as suas mobilizações (inclusive armados) em defesa dos salários e condições de vida, sem esconder a verdadeira natureza do aparato policial de manutenção do domínio da burguesia sobre o conjunto dos explorados e da defesa do desmantelamento de todo aparato estatal repressivo e armamento das massas. ●

FOLHET

Inviabilidade da DEMOCRACIA BURGUESA

“Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia”

Adquira com nossos militantes!

Barbárie contra os povos indígenas se mantém

A situação dos povos originários dentro do sistema capitalista é de violenta opressão. Desde a chegada dos europeus, os indígenas sofrem com as piores violências: genocídio, terrorismo de estado, assassinatos, invasão de suas terras, deslocamento forçado, escravização, estupro, extinção de suas línguas e de suas culturas, etc. Desde o início da colonização, houve resistência contra tamanha barbárie.

Entre os crimes mais bárbaros contra os indígenas, pode-se falar sobre o massacre dos Tikuna, que ocorreu em 1988, no município de Benjamim Constant (AM). Nessa ocasião, a terra indígena dos Tikuna estava em processo de demarcação, o que acirrava os conflitos entre os posseiros e os indígenas. Enquanto os indígenas Tikuna se reuniam em assembleia para debater a situação, 14 homens armados invadiram a comunidade, atirando e matando os indígenas. O saldo foram 14 pessoas mortas, entre elas 5 crianças, e mais 23 feridos.

Alguns anos depois, em 1993, aconteceu outro terrível massacre, na comunidade de Haximu, que completou 30 anos, em 2023, em que garimpeiros invadiram a comunidade, localizada na fronteira entre Brasil e Venezuela, e assassinaram, a golpes de facão, 12 indígenas Yanomami, entre eles havia um bebê, além de crianças e de adolescentes.

Outro exemplo ocorreu em 2017, quando houve um massacre de 20 pessoas indígenas, da Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas, cometido por garimpeiros, local onde ocorreu o assassinato dos indigenistas Bruno e Dom.

A violência mais recente contra os povos indígenas aparece no relatório “Violência contra os povos indígenas do Brasil”, lançado pelo Conselho Indígena Missionário (CIMI), mostrando que, somente em 2020, 182 indígenas foram assassinados, aumento de 61% em relação ao ano anterior. Esse aumento está ligado ao grande aumento de invasões e exploração ilegal de terras indígenas, que subiram 137% entre 2018 a 2020, de acordo com o documento.

De acordo com as edições do relatório do CIMI, entre 2019 e 2022, 795 indígenas foram assassinados, mais de cem por ano. Nos últimos 4 anos, houve também 49 casos de estupro, e 535 indígenas se suicidaram entre 2019 e 2022. Sem contar outros tipos de violência, como lesão corporal, ameaças, tentativas de assassinato, racismo etc., que os indígenas sofrem em seus territórios ou nas regiões urbanas onde vivem ou transitam.

agente de saúde da comunidade, que foi alvejado por garimpeiros junto de outros parentes. Fora do território Yanomami, também se multiplicam as mortes, a exemplo do assassinato do cacique Pataxó Hã-hã-hãe, Lucas Kari-Sapuyá, vítima de uma emboscada no sul da Bahia, ativo na luta contra o Marco Temporal e em defesa dos direitos dos povos indígenas.

Como se vê, esses dados da violência ainda são insuficientes para dar

Essas diferentes violências estão interconectadas e aumentam conforme aumenta a invasão de terras indígenas pelos diversos interesses do agronegócio, do garimpo, da grilagem, do desmatamento para monoculturas, para exploração de madeira etc.

Além de tudo, sabemos que a situação da Pandemia piorou a miséria entre os povos indígenas. No caso do Yanomami, as contaminações, a fome e a violência dos garimpeiros apenas se intensificaram durante a Pandemia. Doenças várias afetam estes povos. Até julho de 2023, o Ministério da Saúde já contabilizava 123 mortes de indígenas Yanomami, a maioria crianças, por causas evitáveis e doenças tratáveis com medidas básicas de saúde pública. Durante a Pandemia, dezenas de crianças perderam a vida pelo descaso do Estado, e milhares sofreram por doenças e desnutrição.

Em julho de 2023, em meio à violência dos garimpeiros que atingiam os indígenas Yanomami, o corpo de uma criança foi encontrado morto em um dos rios da região do território. Em dezembro de 2023, outra criança, de 11 anos, foi vítima de estupro coletivo próximo à casa de saúde indígena de Boa Vista, em Roraima, que deveria ser um “local seguro” para as crianças indígenas.

Nos últimos meses, o povo Yanomami, que tem o maior território indígena já demarcado, no norte do país, vem denunciando o enfraquecimento da operação de desintrusão do garimpo, iniciada com o governo. Eles denunciam que os garimpeiros estão voltando e ameaçando a vida de seu povo. Recentemente, houve diversos assassinatos, como a violenta morte do indígena Yanomami Ilson Xiriana,

conta de toda a crueldade a que estão submetidos os povos indígenas esplhados pelo país, mas é possível perceber que o cenário é de intensa barbárie. Essas diferentes violências estão interconectadas e aumentam conforme aumenta a invasão de terras indígenas pelos diversos interesses do agronegócio, do garimpo, da grilagem, do desmatamento para monoculturas, para exploração de madeira, etc.

O governo Lula, que se diz a favor dos direitos dos povos indígenas, mostra, na prática, que isso é apenas falácia. Ele colocou mulheres indígenas para dirigirem a FUNAI e criou o Ministério dos Povos Indígenas, mas não proveu as condições materiais, jurídicas e orçamentárias para que esses aparelhos estatais funcionassem e cumprissem suas medidas. E o que mostra o orçamento para o Ministério dos povos indígenas que ficará com míseros R\$ 112 milhões, no ano de 2024.

O avanço da barbárie capitalista sobre as terras indígenas, expressão da projeção dos interesses capitalistas para tomar posse das terras indígenas para colocá-las sob a lógica da extração de lucros, mostra que essas violências só podem ser resolvidas com a destruição desse sistema de morte. Está claro que nenhum governo burguês, que atende aos capitalistas, será capaz de libertar os povos indígenas das violências e das opressões seculares e, como bem mostra o governo Lula, cedendo

A unidade a partir da luta pela terra, pela autodeterminação dos povos indígenas, por emprego, por moradia, contra a fome etc. pode ser construída e será dirigida contra o Estado e os capitalistas.

bilhões pro agronegócio e uma miserável soma de recursos para o MPI. Os povos indígenas são diversos, cada um com cultura e costumes, mas as violências são comuns e o desejo pela vida coletiva e pela manutenção de suas culturas, também. Assim como os não-indígenas oprimidos, trabalhadores e desempregados, que sofrem com a exploração e as mazelas do capitalismo e querem viver dignamente.

É diante dessa realidade que se coloca a necessidade de união entre os trabalhadores oprimidos da cidade e os oprimidos do campo, que lutam por suas terras e por suas vidas. A unidade a partir da luta pela terra, pela autodeterminação dos povos indígenas, por emprego, por moradia, contra a fome etc. pode ser construída e será dirigida contra o Estado e os capitalistas. É somente defendendo essas reivindicações elementares, de forma coletiva, e com os métodos da ação direta, que o grande capital do agronegócio, da indústria e do capital financeiro pode ser barrado!

A aliança operária e camponesa, erguendo o programa da nacionalização de todas as terras, criará condições para a entrega aos povos originários de todas suas terras ancestrais (se assim decidirem) para que possam desenvolver, livremente, suas tradições, cultura, relações sociais e organizações políticas. As condições para a autode-

terminação dos povos indígenas, como se vê, parte da aplicação dos métodos e táticas da revolução agrária, que está intimamente ligada à luta do proletariado pela transição ao socialismo. ●

Muitos tombaram na luta, mas a vida deles foi semente que regou a terra e os corações rebeldes para a revolução!

Pela união de todos os povos indígenas e todos os explorados contra o capitalismo!

Pela autodeterminação dos povos indígenas!

**Pela revolução proletária!
Por um governo operário e camponês!** ■

STF ESVAZIA JUSTIÇA DO TRABALHO

O Supremo Tribunal Federal (STF) nos últimos meses tomou importantes decisões que, na prática, esvaziaram a Justiça do Trabalho.

As decisões, fundamentadas no princípio constitucional da “livre iniciativa”, derrubaram entendimentos consolidados por Tribunais Regionais do Trabalho e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) que reconheciam o

vínculo de emprego em casos de *pejotização* (quando o empregador é obrigado a criar uma pessoa jurídica, com CNPJ, simulando uma relação entre empresas), de forma que o empregado tinha direito a receber férias, horas-extras, 13º, FGTS, etc.

O ministro Gilmar Mendes, em mais de uma declaração pública, atacou os juízes do trabalho, dizendo que estes “estão sobre-carregando o STF com os seus caprichos”. Com o entendimento do STF sobre a questão, muitos juízes trabalhistas estão remetendo processos para a Justiça Comum, para o Tribunal de Justiça dos Estados, já que são de matéria cível comum (não trabalhista).

Trata-se de um ataque sonhado pelos capitalistas, há muitas décadas, de extinguir a Justiça do Trabalho, que na verdade é a Justiça dos desempregados, já que mais da metade daqueles que in-

gressam com ações judiciais não possuem mais o vínculo com o patrão. Não por acaso, ocorre após a contrarreforma Trabalhista e a Lei da Terceirização, dois profundos golpes contra os assalariados em geral.

O capitalismo em decadência não pode nem mesmo tolerar a CLT e seus mínimos direitos trabalhistas que foram conquistados com sangue pela classe operária ao longo de muitas décadas. Por isso, as suas constantes alterações no sentido de retirada de direitos, tendo a contrarreforma Trabalhista de 2017 expressado um salto qualitativo neste processo.

Destaca-se que o Governo Federal não realizou até o presente, e nem prometeu na campanha, nenhuma movimentação para revergar a contrarreforma Trabalhista ou a Lei de Terceirização, bem como não se opôs aos ataques do STF à Justiça do Trabalho. ●

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquira com nossos militantes!



O crime da BRASKEM em Maceió – *lucro privatizado e prejuízo socializado*

A extração de sal-gema – utilizado na indústria química para produção de soda cáustica, ácido clorídrico, bicarbonato de sódio, dicloroetano (para produção de PVC), etc. – é realizada em Maceió, capital de Alagoas, desde 1976. Inicialmente explorado pela empresa Salgema Indústrias Químicas. Em 1996, a empresa mudou de nome para Trikem e, em 2002, se fundiu a outras empresas para formar a Braskem, com o controle majoritário do Grupo Odebrecht (e participação minoritária da Petrobrás).

Uma particularidade desta extração é que ela era realizada em área urbana, diferente da regra geral da mineração, para que ela ocorra em áreas afastadas dos grandes centros urbanos. Uma consequência deste fato é que, desde 2018, quando o solo de cinco bairros começou a afundar até a presente data, os prejuízos sociais e ambientais foram enormes. Calcula-se que 62 mil pessoas foram diretamente afetadas. A lagoa Mundaú apresenta índices alarmantes de contaminação, bem como de salinização das águas. A con-

taminação chegou, inclusive, a atingir uma estação de água que abastece 400 mil pessoas, de uma população total de aproximadamente 1 milhão.

Apesar da evidente relação da tragédia com as atividades da mineradora, a Braskem até agora não assumiu a responsabilidade pelo desastre. Marcelo Arantes, porta-voz da empresa, afirmou em entrevista à Folha de São Paulo que a empresa não assume a responsabilidade porque “a geologia é uma coisa complexa, e sempre foi dito que nunca acontece um fenômeno assim por uma situação única”.

De toda forma, em 2023, houve um acordo entre a Braskem e a Prefeitura, com o pagamento de R\$ 1,7 bilhão. A empresa anunciou que já gastou aproximadamente R\$ 4 bilhões com indenizações a moradores e comerciantes. No entanto, estudos encomendados pelo Governo do Estado apontam um prejuízo de aproximadamente R\$ 30 bilhões, somente até o ano de 2022. Trata-se de mais um caso evidente de privatização dos lucros e de socialização dos prejuízos.

A empresa, que é a sex-

ta maior fabricante de produtos químicos do mundo, tem unidades industriais também nos EUA, México e Alemanha. Teve em 2022 receita de R\$ 95,6 bilhões, e o seu valor de mercado atual é de aproximadamente R\$ 16 bilhões. Como se vê, coloca-se a necessidade de expropriação (sem indenização) da empresa com controle operário, para minimamente ressarcir os diversos prejuízos causados (sociais, ambientais, etc.), bem como a preservação dos empregos e da atividade produtiva.

Neste sentido, é absurda a proposta das duas Federações dos petroleiros, FUP e FNP, de que a Petrobrás utilize o direito de preferência por ser sócia minoritária para comprar as ações do Novonor (antigo grupo Odebrecht). Essa posição reflete uma concepção burguesa em torno da “gestão” como responsável pelos ganhos ou prejuízos de uma empresa. A única “gestão” que não se oporia aos interesses gerais da população explorada é a dos trabalhadores. Os acionistas da Petrobrás atuariam com a mesma sanha para garantir o lucro como agiram os do Novonor. Apesar

Calcula-se que 62 mil pessoas foram diretamente afetadas. A lagoa Mundaú apresenta índices alarmantes de contaminação, bem como de salinização das águas. A contaminação chegou, inclusive, a atingir uma estação de água que abastece 400 mil pessoas, de uma população total de aproximadamente 1 milhão.

nas o controle operário poderia modificar a relação de exploração da mão-de-obra e do meio ambiente. ●

Pela imediata expropriação (sem indenização) da Braskem! Pelo controle operário da empresa!

A Volkswagen anuncia demissões para manter seus lucros

Volkswagen anunciou milhares de demissões em todas as fábricas da empresa. Como assinalou seu diretor, Thomas Schäfer, “o negócio como de costume não será suficiente sem cortes importantes”. A expectativa da empresa é chegar a um lucro líquido de R\$ 10 bilhões até 2026 (em 2023, foi de R\$ 16,241 milhões, 4,9% a menos que em 2022). O Brasil, sem dúvida, arcará com parte desses ataques.

Para avançar para os “novos” negócios (carros elétricos) e manter os “velhos” (carros a combustão interna), os capitalistas sempre recorrem a redução dos custos da força de trabalho, elevando a “produtividade” para, dessa forma, melhorar a “rentabilidade” (aumento imediato da massa de lucro, mesmo com a sua queda geral). Eis como o patronato responde, para equacionar a queda das vendas, ocasionada pela estagnação e crescente concorrência da produção chinesa e pela Tesla, que inundam os mercados mundiais com carros elétricos baratos.

Para os operários, isso significa arcar com a destruição de empregos, rebaixamento de salários e destruição de direitos, arcando com uma exploração mais intensiva de sua força de trabalho, para que os ricos continuem a enriquecer.

As direções sindicais deveriam estar convocando assembleias e preparando a luta pela defesa dos empregos, dos salários e dos direitos. Mas, é praxe dos burocratas deixar os operários sem qualquer preparação e orientação, para assim poder apresentar os acordos com o patronato como “inevitáveis”.

Os operários não podem ficar aguardando que se enviem os telegramas ou se apresentem os PDVs. Se o patronato já anunciou seus ataques, é preciso, desde já, organizar uma greve unitária e radicalizada em resposta. Devemos defender os empregos, os salários e as condições trabalhistas, em todo e qualquer momento, com nossos métodos próprios de luta, porque disso depende nossas condições de vida e a de nossas famílias! ●

Greve geral na Finlândia: mais uma manifestação da projeção da luta dos explorados por toda Europa

 Em 14/12 (2023), foi realizada a greve geral organizada pela Organização Central de Sindicatos (SAK), contra o projeto de Reforma Trabalhista que facilita as demissões e o trabalho temporário e precarizado, que procura reduzir os subsídios por desemprego e restringir a cobertura de direitos sob Convênios Coletivos, bem como condicionar e impedir as greves. Com mais de 18 sindicatos e 800 mil filiados, a SAK abriu uma via para que se projete um movimento nacional unitário contra o governo, que já retirou os subsídios para estudantes, e planeja expulsar milhares de imigrantes “sem trabalho”.

Há décadas não havia greve geral no país nórdico. Mas, também há décadas que o governo não desfechava um ataque tão profundo às condições de vida e de trabalho. O governo direitista de Petteri Orpo (Coalizão Nacional) junto do ultradireitista Partido dos Finlandeses e aliados de seu governo, procura por meio desses ataques elevar os gastos militares (exigência dos EUA após o país se integrar à OTAN) e, ao mesmo tempo, garantir os lucros da burguesia finlandesa atingida pela recessão da Europa, atacando a fundo as condições de vida das massas. A burguesia nacional, que, durante décadas, se valeu do “Estado de bem-estar” para apagar a luta de classes, avança agora (como faz toda a burguesia), atacando salários e direitos para garantir os negócios da burguesia nacional e imperialista.

O problema é que isso se passa quando por todo o continente europeu se deflagram massivas

greves, paralisações e manifestações operárias e populares contra a destruição de suas condições de vida. Acontece, todavia, quando a solidariedade classista dos oprimidos do mundo todo em favor dos palestinos e contra o genocídio sionista se manifestam na forma de mobilizações, bloqueios e paralisações de portos e indústrias, exigindo de seus governos o fim do envio de suprimentos à Israel.

Nota-se que a crise capitalista e o avanço das tendências bélicas, não apenas projetam a centralização e a subordinação dos governos pelos monopólios e pelo ditames das potências, quanto trazem também ao interior dos países as condições para que a luta de classes dê um salto à frente. O que favorece a intervenção da vanguarda com consciência de classe para ajudar os explorados e os oprimidos a romperem com as burguesias e avançarem a sua independência de classe. Imediatamente, trata-se de exigir dos sindicatos, movimentos e centrais que defendam a derrota militar total da OTAN e do imperialismo, tanto na Ucrânia quanto na Palestina, e enfrentar as contrarreformas nas ruas.

Qualquer combate que seja dado pelas massas à linha de sustentação da política burguesa e dos governos, em qualquer país, impedindo-a de continuar financiando os esforços de guerra e pondo abaixo as contrarreformas com a ação coletiva, favorece a luta das massas oprimidas contra o imperialismo e seus vassalos, e abre caminho ao avanço da luta revolucionária contra a burguesia por toda parte. ●

A Conlutas afunda no peleguismo e no “sindicalismo de resultados” das direções reformistas e direitistas

 Os operários metalúrgicos da GM de São José dos Campos aprovaram em assembleia (01/12) a adesão ao programa de PDV (Programa de Demissão Voluntária). A proposta foi resultado da negociação entre a direção sindical (CSP-Conlutas) com a montadora. A adesão ao PDV esteve “aberta” até 12/12 para todos os operários, tanto os da ativa quanto os que estavam em lay-off desde junho.

Por cada operário da ativa que aderir ao PDV, voltará outro à ativa que estava em “licença remunerada”. Para os operários de até seis anos na ativa, a empresa pagará seis meses de salários, um adicional de R\$ 15 mil e o plano de saúde por um trimestre ou, se renunciar ao plano, pode receber mais R\$ 6 mil. Os operários com mais de sete anos receberão indenização por cinco meses de salário, um carro ou R\$ 80 mil, assim como plano médico ou R\$ 12 mil.

A negociação foi feita após a greve contra as 860 demissões que a GM anunciou em outubro. A paralisação da produção por 17 dias, graças à reação da base operária, impediu o patronato de impor as demissões de forma imediata, o que a direção do sindicato caracterizou como uma “vitória”. O mesmo fizera em junho, quando anunciou

como “vitória” os lay-off e a manutenção da estabilidade até março do ano que vem. Mas, basta ver o conteúdo do novo “acordo” para entender que a patronal apenas mudou de tática, para retornar com seus planos de impor as demissões sob outra forma, ainda que a conta-gotas.

Por isso, é hipócrita afirmar (veja-se site da Conlutas) que o PDV é uma “*alternativa às demissões arbitrárias*”. Pior hipocrisia é afirmar que a direção “é contra qualquer fechamento de postos de trabalho”. Um operário com o mínimo de consciência sabe que o PDV é a demissão com indenização.. E sabe que todas as demissões são “arbitrárias”, para quem é obrigado a vender sua força de trabalho para viver. Enquanto ao capitalista apenas interessa saber o quanto pode lucrar aumentando a massa de mais-valia arrancada de uma menor quantidade de operários, ao operário interessa defender seu emprego. Sair “voluntariamente” de um emprego no quadro de desemprego e precarização em alta, é um suicídio. A suposta “vitória”, portanto, não passa de engano de falsos revolucionários (PSTU), que aceitam as imposições dos patrões, sem lutar. Estão aí as consequências da adaptação da Conlutas ao

“sindicalismo de resultados”, da burocracia reformista e direitista, apresentando os interesses dos capitalistas como algo bom para os assalariados.

A greve contra as 860 demissões mostrou a força coletiva e a disposição dos operários em defender seus empregos, salários e direitos. Sabendo que o patronato retomaria a ofensiva após o conjuntural recuo, uma direção verdadeiramente classista usaria a “trégua” entre explorados e exploradores para preparar e organizar uma greve e uma luta radicalizada contra os ataques que viriam. A CSP-Conlutas negou-se a cumprir essa tarefa, expondo a necessidade de constituir uma direção de fato revolucionária em SJC.

A defesa da fonte de trabalho passa pela luta pela expropriação (sem indenização) das fábricas que demitam ou fechem, estatizando-as e colocando-as sob controle operário coletivo, e não pelos acordos que abrem uma via às demissões. No imediato, exijamos dos sindicatos, centrais e direções metalúrgicas que se convoquem assembleias unificadas e se organizem piquetes de base visando a deflagrar uma greve unificada para impedir as demissões e os PDVs, e impor a estatização das montadoras! ●

NOTAS HISTÓRICAS

55 anos do Ato Institucional nº 05

Instituído em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 05 foi o mais repressivo e autoritário de todos os Atos Institucionais da Ditadura Militar (1964-1985). O AI-5 determinou: **1)** a perda de novos mandatos parlamentares (o AI-1 de 1964 também havia cassado mandatos parlamentares); **2)** poder para o presidente fechar o Congresso Nacional, que foi fechado de imediato; **3)** a permissão para o governo federal intervir

nos estados e municípios; **4)** o estabelecimento da censura prévia; **5)** a ilegalidade de reuniões políticas não autorizadas pela polícia; **6)** a suspensão do *habeas corpus* para crimes políticos; e **7)** o poder ao presidente para demitir funcionários públicos (incluindo juízes).

Politicamente, o AI-5 representou um golpe dentro do golpe de 1964, com o endurecimento do regime militar, que se encontrava diante de

uma ascensão das lutas operárias: greve operária em Belo Horizonte e Contagem (MG), 1º de Maio radicalizado na praça da Sé e greve de Osasco (SP), além das manifestações massivas, como a passeata dos cem mil, em 26 de junho de 1968, contra a morte do estudante Edson Luís, e em defesa das liberdades democráticas.

O AI-5 só foi revogado em 1978, no governo Geisel, expressando a “abertura política”, fruto da grave crise econômica e

o AI-5 representou um golpe dentro do golpe de 1964, com o endurecimento do regime militar, que se encontrava diante de uma ascensão das lutas operárias...

do ascenso grevista e dos movimentos sociais, em meados da década de 1970. ●

Balanço político e projeções da luta do magistério municipal paulista

O ano de 2023 foi de ampliação da política de conciliação de classes pelas burocracias sindicais com os governos em nível nacional, em função da necessidade maior de proteger a governabilidade do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. No município de São Paulo, não foi diferente, as burocracias sindicais abortaram a luta do funcionalismo em torno da campanha salarial em maio-junho/2023, por um acordo rebaixado com Nunes/MDB, impedindo que a defesa da greve fosse expressa nas quatro assembleias realizadas neste ano. A aprovação da “não rejeição” da proposta do governo como estratégia única defendida pelo conjunto das direções sindicais quebrou a disposição de luta manifestada pelos trabalhadores.

tas e com isso manter maior controle sobre elas. Tudo indica que continuará se aproveitando do temor da categoria em relação ao regime de subsídios para seguir firmando acordos rebaixados com o governo, o que também tem um limite, pois, mais cedo ou mais tarde, o governo irá impor à educação a mudança no regime de remuneração, que é parte do processo de precarização do trabalho nos serviços públicos, mas, por certo, o governo está aguardando o melhor momento, de maior fragilidade da categoria.

Apesar de não ter discutido nem deliberado sobre nada de concreto no congresso distracionista do SINPEEM, realizado em Outubro/2023, a burocracia apresentou, na última reunião de representantes e conselho, um plano de lutas com um calendário suposta-

assembleia e/ou paralisação da categoria. Logo em seguida, em 21/02/24, o SINPEEM fará sua primeira reunião de representantes de escola, mesmo sem ter publicada ainda a normativa com as dispensas de ponto das entidades sindicais, demonstrando mais uma vez que já acordou com o governo esse calendário em suas reuniões de cúpula. E, por fim, a burocracia anunciou que dará ao governo o prazo final de 06/03/24, para responder a pauta de reivindicações e, no dia 08/03/24, a categoria será convocada para a primeira assembleia do ano, a fim de avaliar a resposta ou a ausência de resposta do governo, e deliberar sobre os rumos do movimento.

Sobretudo, é importante ter claro que esse calendário de lutas, imposto pela burocracia sindical, buscará seguir o caminho do imobilismo, sustentado pelas mesas de negociação entre a burocracia e o governo. Para isso, ela precisará deturpar o princípio da unidade, que deveria se dar na luta efetiva dos trabalhadores, por meio de plano comum de reivindicações, assentado na defesa dos serviços públicos contra as privatizações, terceirização e todas as demais formas de precarização do trabalho, e não por meio de acordos burocráticos por cima dos trabalhadores. Há muitas batalhas a serem travadas pelo conjunto do funcionalismo, dentre elas, a defesa do emprego e da estabilidade contra a reforma administrativa em curso, o fim do arrocho salarial e da precarização do trabalho, por meio da terceirização dos serviços. Para isso, além de uma unidade ampla com todas as categorias dispostas a enfrentar o governo, é preciso construir a luta com os métodos da ação direta (paralisações, greves, manifestações, ocupações, etc), única capaz de impor as reivindicações dos trabalhadores.

Há muitas batalhas a serem travadas pelo conjunto do funcionalismo, dentre elas, a defesa do emprego e da estabilidade contra a reforma administrativa em curso, o fim do arrocho salarial e da precarização do trabalho, por meio da terceirização dos serviços. Para isso, além de uma unidade ampla com todas as categorias dispostas a enfrentar o governo, é preciso construir a luta com os métodos da ação direta (paralisações, greves, manifestações, ocupações, etc), única capaz de impor as reivindicações dos trabalhadores.

Para a campanha salarial de 2024, a burocracia do SINPEEM já preparou o terreno para impor com maior facilidade sua política de conciliação de classes, fazendo um bloco burocrático com a direção do SEDIN e do SINESP, denominado COEDUC. Na tentativa de legitimar essa unidade burocrática, Claudio Fonseca/PCdoB se utiliza de um discurso já bastante conhecido pela categoria, o de que não é possível unificar a luta com as categorias do funcionalismo que já “aceitaram” o regime de subsídios aos salários, o que também já sabemos que não passa de uma estratégia corporativista, de separar a Educação do restante do funcionalismo, para enfraquecer as lu-

mente “aprovado”. Chama a atenção, neste calendário, acordado com o SEDIN e o SINESP, que, diferentemente dos últimos anos, a campanha salarial inicia e se encerra já no início do ano letivo (em fevereiro e março), quando até então as campanhas salariais se desenvolviam e ocorriam próximas ao final da data base, que é em maio, o que sinaliza que, provavelmente, os burocratas já acordaram com o governo todo um ritual para formalizar o processo de negociações, às costas da categoria. Dizemos isto, pois está previsto, para o dia 16/02/24, um ato simbólico para entregar a pauta ao governo, com a participação de representantes do SINPEEM/SEDIN/SINESP, sem

Por meio dos métodos pacifistas exercidos pela burocracia sindical, como já denunciado acima, vale destacar os últimos ataques sofridos pelos servidores do magistério municipal paulista:

Ampliação do Programa São Paulo Integral (SPI) – Após ser imposta, pela SME/DREs, uma lista de unidades escolares que deveriam se incorporar ao programa SPI, a categoria recorreu ao sindicato, por meio de seus representantes de escola e conselheiros regionais, para organizar a luta contra essa imposição, para que continuasse sendo uma opção dos conselhos de escola aderir ou não ao programa. A resposta da burocracia do SINPEEM foi claramente de se recusar a organizar qualquer luta centralizada pela revogação dessa medida, deixando a cargo de cada UE que lutasse pela sua exclusão individual do Programa. Em contrapartida, fez coro com o governo, defendendo as escolas de tempo integral, utilizando-se do discurso assistencialista da necessidade das famílias manterem seus filhos mais tempo na escola, bem como se utilizou da justificativa do “mal menor”: com mais aulas, mais professores ingressam em JEIF (Jornada Integral de Formação – 40 horas/aula).

Restrição do direito às Férias – o ataque ao direto às férias se consolidou inicialmente com a publicação do Capítulo VII da Lei nº 17.722, de 7 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto 62.555/2023 de 12/07/23, ao instituir que, a partir de então, as férias passariam a ser proporcionais aos dias efetivamente trabalhados, compreendendo nestes cálculos descontos em função de faltas justificadas, injustificadas e de licenças médicas. Desde então, defendemos a organização da luta imediata pela revogação do decreto, porém, a burocracia do SINPEEM buscou ganhar tempo para negociar com o governo alguma maneira de “amenizar” os impactos de sua aplicação para os servidores da educação. Para isso, ludibriou os professores, maioria da categoria, com o suposto direito às férias coletivas em janeiro, ainda vigente em legislação específica. A burocracia de esquerda, em especial as correntes do PSOL, que no SINPEEM atuam como “oposição”, depositaram confiança na alteração da aplicação do decreto por meio dos seus parlamentares, principalmente após conseguirem uma liminar que impedia a aplicação do decreto em função dos descontos por licenças médicas.

A regulamentação da aplicação do decreto para os professores se deu

por meio da Portaria nº 9.547/2023 de 11/12/2023, que manteve 30 dias de férias em janeiro aos docentes, independentemente da data de início de exercício no cargo, devendo compensá-las mediante devolução de valor correspondente, incluindo o referente ao um terço adiantado, se houver desligamento do vínculo empregatício, que se aplica aos contratados ou em caso de exoneração de efetivos. Ou seja, o decreto mantém vigência, ainda que seja incerto como se darão os descontos por faltas e licenças médicas para computar o direito a férias, em razão dos dias de efetivo exercício, para os casos que não se enquadram como “desligamento do serviço público”. Está claro apenas que os critérios para os descontos foram mantidos, só não sabemos como serão processados. A hipótese que vem sendo levantada é de que os descontos se acumularão ao longo de toda a carreira do servidor e serão descontados no momento da aposentadoria, criando uma nova espécie de pedágio para se aposentar.

Atribuição de aulas – Destacamos aqui este evento, não para afirmar um ataque direto já concretizado, como os anteriores, mas como um alerta a possíveis prejuízos aos professores no processo de atribuição. Dizemos isto pois este foi o primeiro ano letivo em que o processo inicial de atribuição de turnos e de classes/ blocos/ aulas e vagas no módulo sem regência se deram por completo em dezembro, ficando para fevereiro apenas o processo de composição da jornada de opção, por meio das classes/aulas que foram disponibilizadas por afastamentos e outros. O interesse do governo em modificar esse processo se encontra possivelmente na necessidade de garantir o funcionamento ampliado do programa São Paulo Integral, isso porque, neste primeiro momento, todas as vagas do SPI já foram atribuídas, o que fará com que as classes/aulas disponibilizadas em janeiro/fevereiro sejam atribuídas aos professores contratados, o que também pode ser uma forma de garantir a manutenção dos contratos precarizados, além do prognóstico que fazemos de que o governo, em acordo com a burocracia, está criando as condições para impor a JEIF como jornada do cargo, o que facilitará a implemen-

... é preciso levantar a luta pelas reivindicações mais sentidas da classe e impulsioná-las com os métodos da ação direta, assentado na democracia operária nas assembleias e demais instâncias deliberativas do sindicato. Nenhuma ilusão nas negociatas de cúpula entre as burocracias e o governo, com a categoria desmobilizada, nem tampouco confiar na pressão parlamentar e/ou na justiça burguesa.

tação completa do SPI, e reduzirá o módulo docente das escolas, uma vez que haverá uma ampliação das jornadas de trabalho.

Portanto, estes são apenas alguns aspectos que destacamos como parte do projeto de precarização do trabalho no magistério municipal paulista, dentre outros que já denunciamos ao longo do ano, com destaque para a manutenção do arrocho salarial, que devem ser tomados pelo conjunto da classe para que responda à necessidade de organizar a luta direta, com as nossas próprias forças, de forma independente e combativa, o que significa dizer que é preciso levantar a luta pelas reivindicações mais sentidas da classe e impulsioná-las com os métodos da ação direta, assentados na democracia operária nas assembleias e demais instâncias deliberativas do sindicato. Nenhuma ilusão nas negociatas de cúpula entre as burocracias e o governo, com a categoria desmobilizada, nem tampouco confiar na pressão parlamentar e/ou na justiça burguesa. Neste sentido, se faz necessário iniciar o ano letivo com uma assembleia, para que os trabalhadores decidam como encaminhar suas pautas. Não podemos ficar a reboque do calendário acordado entre as burocracias, na tentativa de fechar um acordo com o governo às costas da base. ●

Breve balanço dos problemas da educação e da atuação da Apeoesp no ano de 2023

O ano que passou foi marcado pelo aprofundamento das medidas ultraliberais na educação. O ano já começou com os professores contratados em luta contra a atribuição online e com erros na pontuação da maioria desses professores. O movimento foi chamado pelas subsedes da Oposição, Lapa, Mauá e setores mais combativos de outras regiões. Já nesses atos, a burocracia, que foi arrastada pelo movimento, começou suas medidas para sufocar o movimento, com a ideia de se “reunir” com o “novo” Secretário. As tais reuniões em nada resolveram os problemas das atribuições, mas serviram para barrar o movimento inicial.

O ano letivo começou nas escolas sem a menor condição, com falta de professores e funcionários, o que acabou contribuindo para a onda de ataques às escolas, com mortes de professores e alunos. O ambiente escolar ficou carregado pelo clima de terror, o que, por sua vez, refletiu-se sobre os professores, que passaram a se afastar, por conta do adoecimento. Diante de maior adoecimento dos professores, que chamou a atenção do Ministério Público, o governo baixou novas resoluções que ampliavam a obrigatoriedade de perícia médica sobre os contratados, o que antes só era feito a partir de 15 dias de afastamento. Piorando a situação, impôs um novo sistema digital (aplicativo) para que o professor, em até 24 horas, marcassem e comparecessem à perícia médica. A manobra tem o objetivo de impor maior controle e ajudar o Departamento de Perícias Médicas

(DPME) a negar parte dos afastamentos, obrigando os professores a trabalharem doentes.

O novo secretário, antes de iniciar o ano letivo, mandou recolher a maior parte dos livros do ensino médio das escolas. A medida do governo mexeu com os capitalistas das editoras, que passaram a pressionar o governo. Ele chegou a recusar o Plano Nacional de Livros Didáticos, mas teve de voltar atrás. Essa medida estava ligada ao fato de o Secretário Feder ser dono de uma grande empresa do ramo de computadores e outras mídias (Multilaser). Essa empresa tem contratos milionários com a Secretaria de Educação de São Paulo. Como podemos ver, os capitalistas não perdem tempo, quando querem parasitar as verbas públicas; os hipócritas ainda usam o discurso demagógico de preocupação com a “melhoria do ensino”. A investida contra os livros estava ligada ao que viria meses depois, com a imposição das plataformas digitais, que intensificaram o controle de frequência de alunos e professores. Estes passaram a ser intensamente vigiados e controlados. Aos alunos, foi imposta uma resolução que os colocava para fora da escola depois de 15 dias seguidos de falta, essa medida atingiu sobretudo os estudantes mais pobres, que precisam faltar, pois compõem a força de trabalho das famílias. Aos professores, foram impostos os slides cheios de erros grotescos, de conteúdo e de uso da língua portuguesa. O governo fez mudanças nas avaliações externas, substituindo o Saresp pela chamada “Prova Paulista”, com a falácia de que essas avaliações facilitariam o acesso dos estudantes do ensino médio às universidades paulistas. Na verdade, o que se viu foi o contrário, com avaliações conteudistas e com um alto grau de dificuldade, o provão acabou sendo mais um filtro aos estudantes, e uma propaganda do governo, do que uma melhora do acesso da juventude pobre à universidade.

No primeiro semestre, o Secretário Feder anunciou a realização de um concurso público para 15 mil vagas. O número de vagas deixava clara a polí-

tica ultraliberal do governo que, num universo de mais de 100 mil professores contratados, queria efetivar na nova carreira menos de um quinto, mantendo a esmagadora maioria na contratação precária. É importante frisar que a nova carreira retirou conquistas históricas do magistério, como os quinquênios, sexta-partes, o salário foi substituído por subsídio; além disso, a própria estabilidade foi retirada, visto que a nova carreira impõe o sistema de avaliação por desempenho, e prevê a exoneração do servidor, caso não esteja de acordo com os critérios subjetivos da “avaliação”.

O concurso veio com a imposição de um famigerado vídeo/aula, que compôs 40% da avaliação geral dele. Esse foi um macete que o governo utilizou para colocar para fora um grande número de professores (100 mil aproximadamente, que fizeram o concurso). Diante do absurdo, o sindicato, que se recusou a chamar a assembleia para que a categoria pudesse debater e achar uma solução, resolveu judicializar o problema. Ganhou, num primeiro momento, a liminar, que depois foi derrubada. A liminar gerou mais dúvidas e divisionismo entre os professores; os que passaram e já sabiam de suas classificações, passaram a criticar o sindicato; os que foram desclassificados pelo vídeo, se apegaram à liminar, na perspectiva de que fossem incluídos. Depois de o governo, junto da Unesp, derrubarem a liminar concedida ao sindicato, eles abriram novamente o prazo para recurso, e pediram aos professores para que enviassem novos vídeos. Ao que tudo indica, essa pode ser mais uma manobra do governo para classificar mais uma pequena parcela e, assim, legitimar seu concurso excludente.

No segundo semestre, seguindo sua agenda ultraliberal, o governo Tarcísio anunciou a privatização de parte do Metrô e da Sabesp, além de anunciar o corte de 5% das verbas para a educação. Diferente do que tentam esconder os petistas e a maior parte das correntes que apoiam o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, o que

FOLHETO

**Guillermo Lora e a Rússia
EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA**

e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista



Adquira com nossos militantes!

... não faltam motivos para organizar a categoria para dar uma resposta a cada um dos ataques do governo, ao contrário disso a burocracia da Apeoesp se recusou a chamar as assembleias para que o magistério pudesse resistir por sua própria força.

o governo de São Paulo tem feito é seguir as mesmas medidas do governo federal, que impõe a agenda do capital financeiro com o arrocho salarial dos servidores públicos federais, com a imposição do Arcabouço Fiscal, com a reforma tributária e com a preparação da reforma administrativa. Com relação aos salários do funcionalismo federal, por exemplo, o governo já anunciou que será de 0% para 2024, com um reajuste no vale alimentação de pouco mais de 300 reais, somente os policiais federais terão algum reajuste, os demais só terão reajuste em 2025, de 4,5%. Aos professores da Educação Básica, é importante destacar que o governo Lula reajustou o Piso Nacional em apenas míseros 3,62% (passa para R\$ 4.580,57, por uma jornada de 40 horas/aulas), um índice que não cobre nem a inflação do período (de 4,68%) e passa longe de garantir as necessidades de existência dos professores. Cabe ressaltar também que muitos estados e cidades se recusam a pagar o piso, o que levou a várias greves no ano que acabou de findar e, ao que tudo indica, levará a novas, neste ano.

O papel das direções sindicais que ampliaram enormemente a conciliação para manter o governo de frente ampla intocável

Como já temos caracterizado, a frente ampla que se formou para eleger e integrar o governo Lula arrastou a esmagadora maioria dos partidos de esquerda e as demais correntes, que funcionam como satélites do PT: como o PSOL, que assumiu o governo como seu, ou mesmo o PSTU e as demais correntes menores, que, mesmo se opondo a uma ou outra medida do governo, no geral, acabam realizando a conciliação, como se viu em campanhas

salariais do funcionalismo federal, dos petroleiros, dos ecetistas e da classe operária, em lutas como contra a demissão na GM. Assim, mesmo os mais esquerdistas não se diferenciaram, na prática, da burocracia venal que faz de tudo para impedir as lutas e para isolar as que escapam ao seu controle.

A Apeoesp é um dos principais sindicatos ligado à CUT, tendo à frente, depois das eleições burocráticas e fraudulentas, Fábio Santos como primeiro presidente, e Maria Isabel Noronha como “segunda” presidente. Como podemos ver, não faltam motivos para organizar a categoria para dar uma resposta a cada um dos ataques do governo. Ao contrário disso, a burocracia da Apeoesp se recusou a chamar as assembleias, para que o magistério pudesse resistir por sua própria força. Ao longo do ano, houve duas assembleias virtuais, uma para a posse da nova diretoria, alterando seu estatuto para permitir 2 presidentes, e a segunda, dentre outras coisas, para retirada de delegados para o Congresso da CUT. Depois de muita pressão, foi realizada a única assembleia presencial do ano, no dia 20 de outubro, sem indicativo de uma próxima. A data foi imposta pela burocracia, para fugir da unidade junto aos trabalhadores do Metrô, da CPTM e da Sabesp que chamaram greve de um dia (no 3 de setembro), contra as privatizações.

As saídas da direção são sempre as da pressão parlamentar, em primeiro plano, e o da judicialização dos problemas da categoria, como fez com a questão das falaciosas APDs e do concurso público. Repete o que já foi feito antes, com a votação da reforma da Previdência, em 2019; com a reforma administrativa, em 2021; e com a votação da “nova carreira”, em 2022. O ano que foi fechado teve a privatização da SABESP, o avanço para a privatização da CPTM e do Metrô, e a apresentação da PEC que pretende reduzir as verbas da educação de 30% para 25%, representando um novo e gigantesco ataque à educação pública estadual.

A OPOSIÇÃO COMBATIVA E SUA FRAGILIDADE

Antes das eleições da Apeoesp, formou-se um grupo de Oposição chamado “Oposição Combativa”, em resposta ao problema da Frente Amplia que ar-

rastou o PSOL e a esmagadora maioria de suas correntes para o apoio à chapa que congregava a burocracia cutista da Apeoesp. Apesar do nome, o novo grupo já demonstrou sua fragilidade na primeira plenária, já que parte dos setores que compuseram a Combativa não viam como um problema formar chapas regionais com as correntes que estavam na chapa 1, com a burocracia cutista.. Nossa atuação foi importante para criar a unidade do bloco combativo sem que, nas regiões, pudesse haver alianças com a burocracia ou com as correntes do PSOL que estavam com ela.

Passadas as eleições, a Oposição Combativa, que é composta por várias correntes, dentre elas as maiores são Reviravolta/PSTU e Nossa Classe/MRT, acabam por dirigir majoritariamente o grupo, essas correntes por serem centristas acabam vacilando no combate contra a burocracia, na última reunião do Conselho de Representantes do ano, 9 de dezembro, essas correntes acabaram defendendo junto com a burocracia um ato para o último dia letivo. Compreendemos que o ato era uma forma encontrada pela burocracia, que usa a conciliação de classes, para tentar mostrar aos professores “que estão fazendo alguma coisa contra as investidas do governo” quanto à luta dos professores contratados, que sofrerão com as demissões, com o fim dos contratos e as eliminações do concurso. A melhor forma de colocar a categoria em movimento seria a assembleia, para que a categoria encerrasse o ano em luta, e já iniciasse com lutas contra o desemprego, o concurso excludente e as atribuições online. Não conseguindo ter um calendário de atividades que pudesse efetivamente arrastar a burocracia para a luta. Ficou evidente que a maioria das correntes, mesmo as da Combativa, estão subordinadas ao método da burocracia venal e da nova burocracia de esquerda.

Persiste a tarefa de fortalecer uma Oposição Combativa, com independência de classe, com a política proletária, para combater a direção burocrática que não dá a mínima para as terríveis condições em que se encontra o magistério.. Nesse próximo ano, com certeza novos ataques virão, e as lutas em combate a estes não poderão faltar. ●

FUP/CUT enterra campanha salarial dos petroleiros, apesar de disposição de luta das bases

Após a capitulação da FUP/CUT à 3ª proposta apresentada pela Petrobrás/Governo Federal, ao indicar para as suas bases a aceitação da proposta rebaixada da patronal, a traição aos petroleiros foi consumada nas assembleias nas bases dos 13 sindicatos petroleiros filiados à FUP do país.

Os sindicatos filiados à FUP aprovaram a proposta rebaixada do Governo, mesmo que as reivindicações

centrais não tenham sido conquistadas: 1) recomposição salarial da inflação dos últimos anos; 2) que o plano de saúde seja integralmente pago pela empresa; 3) a inclusão da cláusula de ultratividade no ACT.

Por outro lado, os 5 sindicatos filiados à FNP rejeitaram a proposta, mas aprovaram que, se a maioria dos sindicatos aprovasse a proposta, eles assinariam o Acordo Coletivo de Trabalho, o que

ocorreu.

Destaca-se que, apesar dos sindicatos filiados à FUP aprovarem a proposta, houve uma parcela dos operários destas bases que não seguiu a orientação da FUP e votou contra. Por exemplo, no Sindipetro Espírito Santo, 10% se opôs, nos Sindipetro Pernambuco e Paraíba, bem como no Sindipetro Unificado de São Paulo, 15%, no Sindipetro Rio Grande do Sul, 22%.

A traição da direção da

FUP deixa claro que sem que os sindicatos conquistem sua independência política do governo federal, não é possível atuar na defesa das reivindicações mais básicas dos trabalhadores. Está colocada a urgente tarefa de organizar uma fração revolucionária no interior dos petroleiros, tendo por base a construção de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula/Alckmin. ●

STF reforça a aliança do governo e dos burocratas sindicais pela maior estatização dos sindicatos

É de interesse da burguesia garantir a “estabilidade financeira” das burocracias sindicais no momento em que realiza uma nova ofensiva de contrarreformas, de privatismo e de ajustes orçamentários ...

No dia 30/11, o STF reconheceu a constitucionalidade da cobrança da taxa assistencial aos filiados e não-filiados dos sindicatos. Manteve-se também o “direito de oposição individual” dos não-associados a não contribuir, a partir de prévia declaração por escrito e por “manifestação em assembleias”.

A taxa negocial está inserida na proposta de Reforma Sindical que aguarda seu tratamento e aprovação parlamentar. A decisão do STF dá um marco jurídico à sua aplicação imediata, garantindo a sustentação financeira das centrais que viram seus caixas minguados após extinto o imposto sindical.

É de interesse da burguesia garantir a

“estabilidade financeira” das burocracias sindicais no momento em que realiza uma nova ofensiva de contrarreformas, de privatismo e de ajustes orçamentários e exige da burocracia conter e abotar as tendências da luta de classes. Do ponto de vista burguês, a decisão do STF acoberta uma simples transação econômica sob a casca de uma disposição jurídica, visando a garantir o fortalecimento de seus agentes da conciliação de classes nos sindicatos, e projetar a maior estatização das centrais para, assim, garantir que se imponham seus ditames de cima para baixo.

Devem ser os próprios trabalhadores os que devem decidir, na base da democracia operária, como farão para sustentar financeiramente e como organizar seus sindicatos como instrumentos da luta por suas reivindicações e direitos, sem qualquer interferência dos burgueses e de seus governos. Mas, essa tarefa somente pode ser cumprida por uma direção classista e revolucionária. A tarefa imediata de constituir uma oposição revolucionária ao governo burguês de plantão, que rompa a dependência com as instituições da burguesia, dará impulso a essa luta pela sua independência política e organiza-

tiva, que passa também pela conquista de sua independência financeira, das leis e das instituições burguesas.

Os operários com consciência de classe devem denunciar a subordinação das direções burocratizadas às imposições do Estado burguês e às do patronato. Em luta contra a burocracia, batalhando pela sua expulsão das direções sindicais e defendendo as reivindicações com os métodos da luta de classe na base da democracia operária, os trabalhadores poderão controlar e decidir sobre todos os aspectos da vida sindical, recuperando suas organizações de frente única para derrotar os capitalistas.

FOLHETO

notas sobre o PROBLEMA EDUCATIVO

Adquira com nossos militantes!

Para onde vai o Cerqui?

 Em novembro, a direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional publicou uma série de resoluções. Vamos mostrar aqui como o curso revisionista de sua direção se mantém e se aprofunda, negando o passado revolucionário dos tempos de G. Lora.

As resoluções começam com a situação internacional. Afirmam assim: “*Intensificam-se as pressões que buscam uma destruição massiva das forças produtivas como válvula de escape à crise capitalista, seja pela via da generalização da guerra ou das medidas antioperárias.*” A primeira coisa que se pergunta é: de onde vêm essas pressões? Nada se diz a respeito. A China e a Rússia têm interesse na “destruição massiva das forças produtivas”? Ou têm interesse em desenvolvê-las, ocupando os espaços deixados pela retração industrial dos países imperialistas nas últimas duas décadas? Somente um negacionismo dos fatos pode contestar que esses dois países estão avançando sua influência econômica e política mundialmente.

Quem então tem interesse em destruir, em larga escala, as forças produtivas mundiais? São as potências imperialistas, que almejam retomar o espaço que perderam, principalmente para a China, e criar mais um período de recomposição das forças produtivas, como o ocorrido depois da 2ª Guerra Mundial. Hoje, somente a liquidação das economias chinesa e russa poderia permitir às potências contornarem sua tendência à desindustrialização. Essa liquidação passa pela guerra, com a qual os EUA ainda conseguem contornar as tendências recessivas dentro de seu país, por meio do estímulo estatal à fabricação de armamentos ... Mas os fatos não cabem na construção abstrata e revisionista da direção do Cerqui, de que a Rússia e a China já teriam completado a restauração capitalista.

Mas os fatos não cabem na construção abstrata e revisionista da direção do Cerqui, de que a Rússia e a China já teriam completado a restauração capitalista. Ainda não entraram em um acordo sobre se esses pa-

íses seriam semicolônias, “potências regionais” (seja lá o que signifique isso) ou imperialistas. Ainda assim, concordam em aprovar resoluções que passam longe dessa caracterização, como se ela fosse menor. Apesar disso, essa direção repete como um mantra que são estados burgueses.

Deveriam ter a sinceridade e coragem de criticar abertamente G. Lora, Trotsky e principalmente Lenin, além de Marx. Se esses sujeitos estão certos em sua abstração, então o estado operário desses dois países passou a estado burguês sem uma ruptura contrarrevolucionária. Marx estaria errado, porque a História teria provado a possibilidade de mudança de conteúdo de um Estado de forma orgânica, por meio de reformas, e reconstituído um Estado de uma classe sem que esta classe

fine-se (...) por seu conteúdo social, quer dizer pelo caráter das **formas de propriedade e das relações de produção** que o Estado em questão protege e defende” (grifo nosso). Lora estaria errado, porque poderia haver o retorno ao capitalismo e ao Estado burguês na Rússia e China sem que a burguesia se reconstituísse como classe, com seus partidos e instituições. Uma semicolonial poderia enfrentar-se com países imperialistas, ter soberania, possuir tecnologia de ponta, controlar sua economia (indústria, agricultura e bancos). Se esses sujeitos colocassem a discussão nesses termos, pelo menos haveria clareza de posição. Mas, assim como o estalinismo usou Lenin para negá-lo em tudo, a direção do Cerqui usa os mestres para negá-los em sua essência.

São as potências imperialistas, que almejam retomar o espaço que perderam, principalmente para a China, e criar mais um período de recomposição das forças produtivas, como o ocorrido depois da 2ª Guerra Mundial. Hoje, somente a liquidação das economias chinesa e russa poderia permitir às potências contornarem sua tendência à desindustrialização. Essa liquidação passa pela guerra, com a qual os EUA ainda conseguem contornar as tendências recessivas dentro de seu país, por meio do estímulo estatal à fabricação de armamentos ... Mas os fatos não cabem na construção abstrata e revisionista da direção do Cerqui, de que a Rússia e a China já teriam completado a restauração capitalista.

voltasse a ser dominante, com seus partidos e instituições. Lenin estaria errado, porque na fase do imperialismo poderiam surgir novas potências imperialistas, e assim o capitalismo não estaria em decomposição, e sim se adaptando a novas formas e relações de produção e distribuição mundiais. Poderia inclusive haver uma nova partilha do mundo, sem uma guerra direta entre os países imperialistas. Trotsky estaria errado, porque um Estado poderia ser definido por suas formas políticas, e não mais valeria sua tese de que “a natureza de classe do Estado de-

A conclusão é que a direção do Cerqui não pode apontar quem quer e quem não quer a guerra, porque isso entraria em contradição com o arcabouço de asneiras que inventaram para justificar sua posição pró-imperialista na guerra na Ucrânia – a exigência da retirada das tropas russas e nenhuma anexação corresponde à vitória militar da OTAN sobre a Rússia e a abertura de um caminho para liquidar militarmente com o Estado operário degenerado e com a nacionalização de sua economia, a qual é uma conquista da revolução de 1917.

Pensar que a China é objeto da guerra comercial para explorar suas “matérias-primas” ou “fornecimento de minerais” é negar a realidade pelo seu oposto. A China é a maior produtora de mercadorias industriais, mais que o dobro do produzido nos EUA. E tem quase a mesma fatia de produção agrícola mundial, mas que em grande parte é consumida no interior do país, por isso ainda é um grande importador de soja, milho, etc.

QUANDO SE MUDA A POLÍTICA COMO QUEM MUDA DE ROUPA E A DEIXA NA CESTA

A direção do Cerqui afirma: “Este avanço das guerras que tendem a se generalizar é a continuidade da guerra comercial que se potenciou desde os EUA na época de Trump, e é mantida com o governo de Biden.” Trata-se de uma mudança de posição em relação ao que essa direção defendeu anteriormente, nos congressos nacionais do POR brasileiro e argentino. Antes, afirmavam que “A guerra comercial com a China foi decretada unilateralmente por Trump”. Lenin explicava que a guerra comercial é uma característica inerente ao capitalismo na fase monopolista, e que prenunciava as guerras bélicas. Os que hoje estão no PPRI, na época enquanto Fração G. Lora, criticaram a tese de que Trump tivesse dado início à guerra comercial. A maioria dos delegados votou em favor da negação da tese leninista. De repente, um ano e meio depois, aparece a resolução com a tese defendida pela oposição: “Trump deu um salto na guerra comercial” (formulação essa defendida pelos membros da oposição). Biden deu continuidade a essa política. A negação desse fenômeno há alguns meses se deu apenas para negar a admissão de um erro. E a mudança de posição, sem nenhum critério crítico, corresponde ao método próprio

do revisionismo. E fazem isto usando uma formulação dos que combatiam a revisão, mostrando que não existe nestes “dirigentes” qualquer traço de honestidade intelectual.

O DESCONHECIMENTO COMO FUNDAMENTO DO REVISIONISMO

Sobre a China, diz a resolução: “Neste quadro de crise geral do capitalismo, a guerra comercial que visa a enfraquecer e bloquear a China, travar o seu crescimento e domínio em áreas estratégicas, ganhou impulso, mas ao mesmo tempo as potências precisam dos seus produtos, das suas matérias-primas, e os EUA precisam que a China compre os seus títulos de dívida e mantenha o fornecimento de minerais.”

O Cerqui abraçou as teses revisionistas das correntes centristas e da academia, as que desconhecem a importância da defesa da propriedade nacionalizada na Rússia e na China, sem apoiar as políticas dos governos ditatoriais das burocracias contrarrevolucionárias. Por isso, considera que ambos os países possuem estados burgueses, embora não haja consenso entre as suas seções nacionais (inclusive nem dentro delas) sobre que tipo de países emergiram por meio de reformas graduais, tanto na Rússia como na China – se são imperialistas, semicolônias (sui generis, com distinção, etc.) ou “potências regionais”.

O que une os senhores que dirigem o Cerqui é a ignorância sobre as economias chinesa e russa. Pensar que a China é objeto da guerra comercial para explorar suas “matérias-primas” ou “fornecimento de minerais” é negar a realidade pelo seu oposto. A China é a maior produtora de mercadorias industriais, mais que o dobro do produzido nos EUA. E tem quase a mesma fatia de produção agrícola mundial, mas que em grande parte é consumida no interior do país, por isso ainda é um grande importador de soja, milho, etc. Detém a maior tecnologia em 37 dos 44 setores mais avançados tecnologicamente do mundo (Australian Strategic Policy Institute (ASPI)). Quanto aos minérios, a China é um dos maiores produtores mundiais, número um em aço, mas também

grande importador, especialmente daqueles que vêm do Brasil, Índia e Austrália. Finalmente, a China tem retirado uma enorme massa de capitais do mercado estadunidense, de 2022 a 2023, cortou pela metade seus depósitos bancários – um dos elementos que impulsiona a crise de liquidez bancária dos EUA. Também tem reduzido as exportações aos EUA, que hoje têm no México seu principal parceiro comercial.

A ignorância dos senhores dirigentes do Cerqui poderia não ter maiores consequências, a não ser por ridicularizá-los, mas serve de base para seu revisionismo, e assim para a desintegração do programa do POR, não apenas no Brasil, mas na Bolívia. Com base nessas afirmações de ignorância, formulam-se teses como a de que a China seria fundamentalmente uma produtora de matérias-primas inserida no mercado mundial capitalista numa posição subordinada às potências de outrora. O que significaria caracterizar Chima como semicolonial, de capitalismo atrasado e economia combinada, por omissão. Não haveria assim nada a ser defendido como propriedade nacionalizada pela revolução proletária de 1949, que criou bases materiais para o atual desenvolvimento tecnológico, econômico e militar – a China é hoje o país com a maior frota de navios de guerra do mundo. Por meio de afirmações completamente descoladas e opostas aos fatos, colocam-se confortavelmente em posições contrarrevolucionárias, como a de defesa da retirada de todas as tropas russas e paz sem anexação na guerra na Ucrânia contra a Rússia – ou seja, vitória da OTAN imperialista, abrindo o caminho para a destruição da propriedade nacionalizada pela Revolução de 1917.

O mais grave de sua ignorância e revisionismo é que não podem identificar os grandes conflitos econômico/políticos que fundamentam a guerra comercial. Assim, não conseguem explicar por que a China e Rússia se colocaram contra qualquer resposta militar de seus aliados no Oriente Médio às provocações dos EUA e seu enclave sionista, nos 3 meses de genocídio sobre a Faixa de

Gaza. Esses senhores são obrigados a apelar para a psicologia: a Rússia e a China estariam “com medo” dos dois porta-aviões enviados pelos EUA para a região. Note-se que a Rússia disparou 300 mísseis dos tipos KH-22 e KH-32 sobre a Ucrânia desde o início do conflito, e os aparatos “tecnológicos” dos EUA e OTAN não conseguiram atingir nenhum deles. Com essa tecnologia militar, seria o “medo” a motivação para a resposta política da burocracia?

A destruição da URSS não pode ser apontada como a causa do afundamento da democracia burguesa, porque, dito ao inverso, a preservação da URSS fortaleceria a democracia burguesa no resto do mundo. Não é preciso argumentar muito para refutar essa estupidez, pois, a 2ª Guerra Mundial foi levada adiante por países imperialistas fascistas se enfrentando com a URSS que, na época, apenas alguns tolos diziam não ser um estado operário governado por uma burocracia contrarrevolucionária.

O REVISIONISMO RETOMA A TESE DA ‘VITÓRIA FINAL’ DO CAPITALISMO SOBRE AS MAIORES CONQUISTAS DO PROLETARIADO

“A política do imperialismo baseava-se em ressaltar a democracia em contraste com o comunismo num contexto de recomposição das forças produtivas após a Segunda Guerra Mundial e a sua destruição massiva, a sua bandeira era a de que o fascismo tinha sido definitivamente derrotado. Esse processo foi esgotado, verificamos uma mudança de qualidade. A chave neste processo é a destruição da URSS.” (...) “Houve um avanço muito grande do capitalismo sobre todas as conquistas da classe operária”. Nota-

se aqui que o avanço do fascismo no mundo é atribuído diretamente – “a chave neste processo” – à destruição da URSS. Em primeiro lugar, certamente o avanço do fascismo decorre diretamente da decomposição do capitalismo em sua fase imperialista. As potências imperialistas disputam entre si os mercados mundiais e a necessidade de expandir seu domínio econômico e geopolítico as obriga a instalar regimes nacionalistas imperialistas, bonapartistas, ditatoriais, que se voltam a proteger os interesses da grande burguesia desses países, e a destruir fisicamente a organização e lideranças proletárias e das massas em geral. A decomposição da democracia burguesa não é, não foi, e nunca será consequência da destruição da URSS. O regime democrático burguês é o mais adequado à ditadura de classe da burguesia, arrastando as massas a apoiarem os seus opressores. É o regime próprio da conciliação de classes. Mas esse regime se assenta no grau de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Como dizia Lora, é o atraso do capitalismo no continente latino-americano que determina a fragilidade das democracias burguesas, bem como a importação do capitalismo de fora para dentro traz consigo a possibilidade de existência de regimes de forma fascista nesses países. Mas as ditaduras na América Latina têm o traço geral de terem sido impostas como antinacionais, de serem instrumentos manejados pelos EUA para impor uma maior exploração e opressão em cada um deles – isso não exclui a existência de governos militares nacionalistas burgueses, desenvolvidos a partir de outros pró-imperialistas, como houve no Brasil e na Bolívia, que, no entanto, jamais romperam com o imperialismo iaque.

A destruição da URSS não pode ser apontada como a causa do afundamento da democracia burguesa, porque, dito ao inverso, a preservação da URSS fortaleceria a democracia burguesa no resto do mundo. Não é preciso argumentar muito para refutar essa estupidez, pois, a 2ª Guerra Mundial foi levada adiante por países imperialistas fascistas se enfren-

tando com a URSS que, na época, apenas alguns tolos diziam não ser um estado operário governado por uma burocracia contrarrevolucionária.

Mas essas teses absurdas são retomadas para criar um lastro para a tese de que o fim da URSS foi “a vitória final do imperialismo sobre as mais avançadas conquistas históricas do proletariado russo e mundial” (XVI Congresso do POR, fevereiro de 2022). Se as palavras fazem algum sentido, “vitória final” é uma expressão que equivale a algo definitivo. Na ocasião, serviu de base para impor implicitamente a tese de que a Rússia tinha concluído a restauração capitalista e possuía um Estado burguês. A consequência mais grave dessa afirmação é o abandono do programa da revolução política (derrubada da casta contrarrevolucionária e retomada do poder do proletariado sobre o Estado e a economia). Essa tese implícita virou explícita no Congresso do Cerqui, em setembro de 2022. Foi quando se aprovou a caracterização e estado burguês na Rússia, embora sob uma unidade oportunista em que cada seção e mesmo dentro delas havia uma caracterização diferente sobre o que resultou da transição gradual do estado operário ao estado burguês. Se a Rússia era um país imperialista, uma potência regional, uma semicolonial – e se sim, de forma “sui generis” ou “com distinção” – todas elas contrariando totalmente o leninismo, que afirma que não é mais possível surgir potência imperialista, nem países semicoloniais com soberania nacional (contradição em si), na fase de decomposição do capitalismo.

Essa tese serve para acomodar (e acomodar-se) a política de suposta “neutralidade” no conflito entre Rússia e OTAN na Ucrânia, sob a máscara da defesa de uma falsa autodeterminação, e com o argumento de que “só o proletariado organizado e mobilizado ao redor do programa da revolução mundial poderá resolver o conflito” – ou seja, até lá, não é possível tomar lado. Lado que, no entanto, é tomado, quando se defende “retirada das tropas russas da Ucrânia e por uma paz sem anexação” – levada a cabo, isso só pode resultar na vitória da OTAN na Ucrânia e abertura do ca-



O nacionalismo burguês em países semicoloniais correspondia à necessidade de um setor da burguesia nacional, de preservar seu controle sobre determinadas fontes de matérias-primas. Como o imperialismo tem tomado para si o controle de boa parte dessas fontes, as bases materiais do nacionalismo burguês se esgotam. Aumenta a subordinação da burguesia nacional em relação ao imperialismo. Enfraquecem-se o reformismo e o nacionalismo burguês. Nem mesmo um “estatismo morno” é mais defendido pelo nacionalismo.

minho para a destruição da propriedade nacionalizada na Rússia.

O proletariado mundial combate a burguesia mundial, o imperialismo, em cada trincheira que se coloca à sua frente. O objetivo da Revolução Mundial Socialista será alcançado com cada passo que se dê para derrotar a burguesia mundial em todas as trincheiras. Se a Revolução Mundial é usada como pretexto para não combater agora, então só serve de declamação diletante.

POR QUE A EXTREMA-DIREITA EMPUNHA BANDEIRAS QUE DEVERIAM ESTAR NAS MÃOS DOS ‘REVOLUCIONÁRIOS’?

“O vazio de direção, seja devido à ausência ou fraqueza do partido revolucionário, facilita o desenvolvimento de respostas burguesas de ultradireita (fascistas) que expressam a necessidade da burguesia imperialista precipitar uma destruição massiva das forças produtivas em contraste com outros setores burgueses, que levantam bandeiras reformistas de um estatismo morno para mitigar a agitação social, todas elas impotentes face à crise estrutural capitalista e que externalizam, por um lado, as lutas interburguesas e, por outro, as oscilações das

massas exploradas dentro da esfera política burguesa, dada a ausência da resposta revolucionária proletária.”

Em primeiro lugar, o nacionalismo burguês está esgotado na maior parte dos países atrasados. Nem mesmo bandeiras reformistas levanta mais. Os governos “de esquerda” assumem os programas e políticas ditadas pelo capital financeiro e multinacionais, e impõem medidas antinacionais e antipopulares. O nacionalismo burguês em países semicoloniais corresponde à necessidade de um setor da burguesia nacional, de preservar seu controle sobre determinadas fontes de matérias-primas. Como o imperialismo tem tomado para si o controle de boa parte dessas fontes, as bases materiais do nacionalismo burguês se esgotam. Aumenta a subordinação da burguesia nacional em relação ao imperialismo. Enfraquecem-se o reformismo e o nacionalismo burguês. Nem mesmo um “estatismo morno” é mais defendido pelo nacionalismo. Não há “setores burgueses” que se choquem com “a necessidade de a burguesia imperialista precipitar uma destruição massiva das forças produtivas.” Esse fenômeno, que é parte da direitização geral da burguesia, decorren-

te da crise mundial capitalista e decomposição do modo de exploração assentado na exploração do trabalho assalariado, arrasta também as esquerdas, que assimilam a defesa da democracia burguesa como princípio. Essas esquerdas direitizadas empunham muitas das bandeiras ditadas pela burguesia mundial e nacional, embora elas muitas vezes se choquem com as necessidades mais imediatas das massas. Basta ver o caso da França, em que o governo e as esquerdas estão unidos para fomentar a ofensiva da OTAN contra a Rússia, enquanto se cortam os gastos com a Previdência. As bandeiras de nenhum apoio e nenhum centavo à guerra da OTAN e defesa dos recursos para a população francesa acabam sendo empunhadas pela extrema-direita. Ái se vê concretamente como a ausência de um partido revolucionário pesa nesse processo. E o Cerqui não se diferencia dessas esquerdas direitizadas, é a borda desse grupo.

QUAL A CAUSA DA VOTAÇÃO MASSIVA DA EXTREMA-DIREITA EM VÁRIOS PAÍSES?

“Sob certas condições, as massas são encorajadas a votar em expressões direitistas, acreditando que dessa forma punem governos e partidos que se apresentam como defensores da democracia, responsáveis por políticas contra as massas.” Mais uma vez, a direção do Cerqui não apresenta quem é o sujeito da ação que descreve. Esse recurso retórico serve bem para acobertar distintas avaliações a respeito. Há de se perguntar: QUEM encoraja as massas a votar na extrema-direita? As eleições são o campo de disputa próprio das frações da burguesia. São essas frações que se deslocam para a direita, e arrastam atrás de si as massas, tenham elas votado na esquerda ou na direita anteriormente. O voto de punição ocorre em determinadas circunstâncias, como exceção. A regra é o domínio completo das eleições pelas frações dominantes da burguesia. Quando não se fundamenta nesse princípio, as avaliações podem ir para qualquer lado. Supor, por exemplo, que a eleição de um ultradireitista transforma por si só o regime político – a eleição da extremista Meloni na Itália é um con-

tra exemplo disso. Ou que as massas votam num extremista por fora das pressões do capital, apenas para punir um determinado governo. Esse é o erro do Cerqui em relação à Argentina, por exemplo, quando supõe que o voto em Milei foi fundamentalmente de punição ao peronismo, ou que seu governo é uma ditadura civil.

EXISTE UMA VACINA CONTRA A DEFORMAÇÃO DE UM PARTIDO?

“Neste sentido, o POR boliviano é uma exceção, porque construiu um programa, porque penetrou na classe operária, e por isso continua sendo uma referência revolucionária para a classe operária.” G. Lora tinha plena consciência de que se o Cerqui não avançasse no programa revolucionário e penetração na classe operária, seu destino poderia ser o de obstáculo, e não o de impulsor das tendências revolucionárias das massas. Sabia que qualquer organização partidária pode degenerar-se, sob as pressões da burguesia e da pequena burguesia. O POR boliviano construiu um programa, que deveria ser constantemente aperfeiçoado, ou seria superado ou deformado. Meteu-se na classe operária e em determinadas circunstâncias se fundiu com ela, tornando-se em referência revolucionária internacionalista. Mas a morte de G. Lora e o distanciamento do proletariado o submeteram às pressões da classe média e da burguesia. Assentado hoje principalmente nos movimentos de professores e estudantes, incorpora a cada dia os conceitos que vêm da academia. Não apenas renega as formulações de G. Lora (em total acordo com Trotsky) sobre a restauração capitalista e o programa da revolução política. A estratégia do partido foi alterada: já não é mais a do governo operário e camponês, resultado da caracterização correta da Bolívia como país capitalista atrasado, em que convivem formas de produção capitalistas e pré-capitalistas combinadas, e portanto o governo resultante da revolução socialista deveria expressar a aliança do proletariado com o campesinato. Agora, a estratégia inclui a expressão “e de todos os oprimidos”, ou “e dos seto-

res oprimidos da classe média”. Ora, a expressão “oprimidos” não significa nenhuma classe social. Não existe a classe social “oprimidos”. A inclusão desse termo na estratégia do partido corresponde ao abandono do método marxista.

Quanto a incluir a classe média, nota-se a preocupação de atender às bases dos sindicatos e organizações estudantis que ainda comanda. A classe média, como pequena burguesia, é bastante estratificada, tendo setores proletarizados, que serão aliados do proletariado na luta pela revolução, e setores abastados, que serão sempre inimigos da revolução. Parte da pequena burguesia são os camponeses pobres. A massa camponesa empobrecida, que sustenta as cidades quanto à alimentação e outros produtos, é essencial na formulação da estratégia. Mas a classe média citadina, de professores e estudantes universitários, só pode ser um elemento auxiliar no processo da revolução. Sua inclusão na estratégia expressa o oportunismo político.

QUAL O DEVIDO LUGAR DA LUTA CONTRA O CENTRISMO?

“Esta luta implica derrotar o centrismo que se converte em um bloqueio à tarefa de construir o partido. O centrismo se acomoda a setores da burocracia e com o parlamentarismo para crescer e sobreviver à sua sombra, sem os combater. A sua intervenção sindical é um instrumento da sua política eleitoral. As recentes experiências eleitorais na Argentina, no Brasil, no Chile, no Peru, na Bolívia, na Colômbia e no México mostram o fracasso das suas políticas, como acabaram por seguir o rasto do nacionalismo burguês ou de variantes reformistas.”

O centrismo não alcançou um papel de grande importância na luta de classes em nenhum país. Circunstancialmente, pode crescer eleitoralmente, mas regide em seguida. Quando consegue controlar alguns sindicatos, não vai além da política geral da burocracia sindical, a não ser no discurso. A disputa de aparato rege suas cisões, que se dão no marco do mesmo programa e es-

...a morte de G. Lora e o distanciamento do proletariado o submeteram às pressões da classe média e da burguesia. Assentado hoje principalmente nos movimentos de professores e estudantes, incorpora a cada dia os conceitos que vêm da academia. Não apenas renega as formulações de G. Lora (em total acordo com Trotsky) sobre a restauração capitalista e o programa da revolução política.

tratégia política. Em comum, rejeitam a estratégia da revolução e ditadura proletárias, a tendo substituído pelas bandeiras de “governo dos trabalhadores” ou até mesmo pela estalinista (“governo popular”), que em comum negam o conteúdo de classe do governo que deve surgir da revolução, e apontam para a possibilidade de erguê-lo por meio da democracia burguesa. A multiplicação de correntes centristas corresponde ao crescimento vertiginoso da classe média nos países. Sua diversificação quanto a programas e organizações diferentes é expressão de sua estratificação social em diversas camadas. A classe média não tem como formular uma política própria, e assim tem de se alinhar ora com a burguesia, ora com o proletariado. Essa oscilação se impõe às correntes pequeno burguesas.

A maior parte das organizações das massas no continente é dirigida pelo nacionalismo burguês ou mesmo por correntes/partidos direitistas. O nacionalismo burguês é o maior adversário do partido proletário, como afirmavam os estatutos do POR da época de G. Lora. É a luta para dirigir as organizações das massas que aponta os principais adversários do partido revolucionário em seu percurso para se construir como direção física das massas. A importância da luta contra o centrismo deve ser, portanto, medida em relação a essa tarefa fundamental.



Na Argentina, Brasil, Bolívia e Chile, por exemplo, o principal obstáculo na luta para o partido revolucionário se colocar na direção física das massas é o nacionalismo burguês, embora possa estar circunstancialmente fantasiado de reformista. Apontar o centrismo como obstáculo principal é mais uma deformação do revisionismo dessa direção do Cerqui. Na verdade, significa assinalar contra qual adversário se concorre para ganhar novos militantes.

NÃO É SÓ POR SE CHOCAR COM OS EUA QUE SE É ANTI-IMPERIALISTA

“Estamos frente a um movimento internacional contra a opressão imperialista que se espalha principalmente entre as grandes potências, especialmente os cúmplices do Estado de Israel. Este movimento é anti-imperialista porque entra em conflito com a opressão nacional.” Os movimentos de massa, alguns com milhões nas ruas, comprovam que as massas oprimidas em geral se colocaram ao lado dos palestinos no atual genocídio promovido pelo estado sionista de Israel, sob patrocínio estadunidense. Mas nem todo movimento que se choque objetivamente com o imperialismo é anti-imperialista. O estalinismo usou esse tipo de caracterização no passado para encobrir seu apoio a movimentos nacionalistas em vários países. As reivindicações levantadas, as bandeiras erguidas pelos movimentos, seu programa de luta, ainda que bem restrito, podem de fato estabelecer o caráter anti-imperialista de um movimento. Isso

se aplica aos governos: alguém supe que Putin e a burocracia contrarrevolucionária da Rússia sejam anti-imperialistas, apenas porque se chocam com a OTAN na Ucrânia? Claro que não. A atribuição de características que não são concretas a movimentos é mais um dos elos do revisionismo que tomou conta da direção do Cerqui.

QUE TIPO DE DEFESA SE FAZ DO HAMAS?

“A resposta do imperialismo baseia-se na liquidação da resistência armada do Hamas. Há que impedir que cumpram com seu objetivo. Defendemos o Hamas, só o povo palestino pode decidir o seu destino. A luta pela autodeterminação do povo palestino só pode ser sustentada pelo seu povo armado. É necessário unir os palestinos de Gaza com a Cisjordânia, unificar os seus movimentos. Mas não é apenas um problema do povo palestino; esta questão envolve os oprimidos do Médio Oriente.” Os leninistas sempre marcaram seu campo de batalha em oposição às potências imperialistas, ao lado das nações oprimidas, independentemente dos seus governos. A direção do Cerqui coloca a defesa do Hamas restrita à sua oposição à liquidação do grupo pelo imperialismo, uma oposição à repressão. Note-se que é parte do revisionismo não se colocar claramente diante dos fenômenos mais duros da luta de classes. O PPRI colocou-se pela defesa incondicional dos palestinos diante do sionismo e imperialismo. O que significa estar ao lado do Hamas pela derrota militar de Israel e os EUA.

Note-se que é parte do revisionismo não se colocar claramente diante dos fenômenos mais duros da luta de classes. O PPRI colocou-se pela defesa incondicional dos palestinos diante do sionismo e imperialismo. O que significa estar ao lado do Hamas pela derrota militar de Israel e os EUA. Caso existisse uma seção de nosso partido na Palestina, nos colocaríamos em solidariedade e apoio à luta armada do Hamas sob esse objetivo.

Israel e os EUA. Caso existisse uma seção de nosso partido na Palestina, nos colocaríamos em solidariedade e apoio à luta armada de Hamas sob esse objetivo. A posição do Cerqui é de um envergonhada humanitarismo abstrato, típico de correntes que choramingam pelos oprimidos, mas que se negam a definir uma clara posição tática perante suas reais direções. Sem apoiar sua política, seu programa ou seus métodos. Preservando a independência de classe, política e organizativamente. Mas a direção do Cerqui não consegue conceber a posição de estar ao lado de um país ou governo atacados pelo imperialismo, sem apoiá-los ou a seus métodos. Veja-se que não têm a menor ideia do que seja isso no caso da guerra na Ucrânia. Então, repetem os mesmos erros quanto ao Hamas. Logo no início do conflito, esmerou-se em criticar o Hamas, como o fez a maioria das esquerdas, fazendo indiretamente essa organização correspondente pela barbárie genocida deflagrada sobre Gaza. Agora, desligaram seu megafone e o guardaram debaixo do braço. Já dissemos que a mudança de posição sem se debruçar criticamente sobre a anterior é um traço distintivo do revisionismo.

O ULTIMATISMO A SERVIÇO DA PARALISIA POLÍTICA

“A política da classe operária é acabar com a guerra, expulsar o imperialismo, expulsar a OTAN, alcançar a autodeterminação, acabar com as imposições do FMI e dos oligarcas que destruíram e dividiram o país, mas estas bandeiras que podem cimentar e restaurar a unidade da classe operária e dos oprimidos da Ucrânia só podem ser impostas através de uma revolução social, baseada nas suas organizações soviéticas, e na reconstituição da sua liderança revolucionária. Esta tarefa faz parte da restauração da unidade com a classe operária e os oprimidos da Rússia e da Europa Ocidental.” (destaque nosso).

A direção do Cerqui maneja a autodeterminação das nacionalidades como se fosse um princípio abstrato. Citam muitos textos de Trotsky de ANTES da revolução russa, quando falar em autodeterminação somente poderia significar um movimento de libertação nacional. Ocultam os textos de Lenin e Trotsky DEPOIS da revolução russa, em que defendem subordinar a autodeterminação à defesa da revolução. No caso concreto ucraniano, autodeterminação não é nem pode ser a do conjunto do país, com 83 nacionalidades. É evidente que o Leste russo enfrentou uma guerra civil de oito anos que pretendia a separação da região da Ucrânia e união territorial com a Rússia. A unidade territorial ucraniana, já defendida por essa direção revisionista, implica a preservação da opressão nacional sobre o Leste ucraniano e se opõe à autodeterminação. E a autodeterminação da etnia polonesa ucraniana? E a da Tártara? Só para citar algumas das nacionalidades do país. Umas se opõem às outras. A resposta deve ser sempre concreta. A defesa do direito de autodeterminação de uma nacionalidade oprimida se concretiza na luta dessa nacionalidade pela sua separação e autodeterminação. Isto verificou-se no leste da Ucrânia, na forma de guerra civil entre essa nacionalidade e seu opressor grão-ucraniano. A anexação dos territórios do Leste ucraniano atendeu à demanda de sua população e ajudou a defender a propriedade na-

cionalizada da Rússia, por isso deve ser apoiada, sem nenhum apoio ao governo da burocracia ou a seus métodos para fazê-lo.

Quanto às “imposições do FMI e dos oligarcas”, devem estar se referindo aos oligarcas russos. Ou julgam que na Ucrânia não existe burguesia? O revisionismo dessa direção se apoia num malabarismo retórico, de caracterizar que a Rússia é dominada por uma oligarquia burguesa, para fugir das caracterizações marxistas, de classe. A direção boliviana afirma que na Rússia não existe burguesia, como na Bolívia também não. Estado burguês sem burguesia, a nova criação do revisionismo que nega o marxismo. A direção brasileira afirma que a burocracia é burguesia – temos então uma nova forma de regime social. A direção argentina não sabe mais o que dizer, para não quebrar de vez com uma organização federativista.

Finalmente, apontar que somente a revolução social é a saída, é colocar-se no campo da passividade política diante da guerra concreta. A revolução social é a saída para pôr fim à exploração do trabalho assalariado, mas nem por isso não apoiamos e organizamos greves, agora. Isso é fácil para um operário consciente entender, mas é impossível aos devotos da academia que dirigem o Cerqui.

A AMÉRICA LATINA SOFRE UM PROCESSO DE FASCISTIZAÇÃO?

“Verifica-se um processo de direitização e de fascistização no continente, abandonando as formas democráticas burguesas, como reflexo desta crise.” Aqui se manifestam a retórica e a abstração a serviço do revisionismo. Há um processo de fascistização no continente latino-americano? Com base em que fatos se apresenta uma coisa dessas? Na maioria dos países, ocorre a democracia burguesa deformada de que fala G. Lora, que se assemelha mais a uma ditadura que a uma democracia europeia. Parte dos governos é da esquerda burguesa, ainda que com políticas direitistas ou medidas ditatoriais. Se não há de fato o abandono das formas democráticas burguesas, essa colocação só pode servir para destacar a necessidade de preservar essa democracia. O

democratismo burguês vai sendo assimilado pela direção do Cerqui, e vai consumi-la até seu final. A tarefa dos revolucionários na atual conjuntura é justamente demonstrar que as democracias burguesas e as forças “democráticas” estão a serviço de ampliar a opressão nacional e de classe.

AS BURGUESIAS PRETENDEM DETER O PARASITISMO FINANCEIRO?

“As burguesias têm sido incapazes de deter o parasitismo financeiro que devora os seus orçamentos, que tem de ser descarregado sobre as massas, ajustando-os.” Desde quando as burguesias nacionais pretendem deter o parasitismo financeiro que devora os orçamentos públicos? Ora, são essas mesmas burguesias nacionais, são seus governos, de esquerda ou de direita, que têm se empenhado em garantir o sustento do parasitismo financeiro e aumento da superexploração do trabalho. Elas não são “incapazes de deter” esse parasitismo, mas atuam em seu favor. E não se trata de incapacidade, mas de relações econômicas e políticas concretas, de subordinação ao capital financeiro internacional e às multinacionais. A ruptura com o imperialismo é uma tarefa que somente as massas radicalizadas na luta pelo poder podem realizar, sob a direção política do proletariado. Essa luta vai se chocar com a burguesia nacional, que sustenta a opressão do imperialismo sobre o país, por seus vínculos econômicos e políticos, e em troca de sua participação nos lucros.

A revolução proletária conquistará a soberania nacional expulsando o imperialismo e expropriando-o e a burguesia nacional. ●

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquira com nossos militantes!

O imperialismo e o sionismo levam adiante o genocídio dos palestinos em Gaza, e provocam os países vizinhos a uma guerra regional

A resposta das massas mundiais deve ser a derrota militar de Israel e dos EUA em toda parte, com greves, bloqueios de portos, aeroportos e estradas, grandes manifestações de rua, tudo para sabotar definitivamente a ação militar sionista e imperialista!

Manifesto PPRI - 06 de janeiro de 2024

Depois da trégua para a troca de prisioneiros, que favoreceu o Hamas, o estado sionista e genocida de Israel retomou seus ataques sobre a população palestina. Os mortos são mais de 22 mil, grande parte crianças, em 3 meses de bombardeios e ações militares no interior da Faixa de Gaza. A resistência palestina, que conta com um aparato militar muitíssimo inferior ao do exército israelense, mantém suas ações defensivas, que destroem tanques e dificultam o avanço dos genocidas.

Apesar do grande apoio internacional das massas em toda parte, com milhares de manifestações em defesa dos palestinos, não existe uma ação governamental efetiva de outro país para derrotar as forças militares de Israel. O apoio tem vindo do Hezbollah libanês, que fustiga o inimigo no norte do país, e dos rebeldes houthis, do Iêmen, que atacam embarcações no Mar Vermelho que tenham como destino alimentar os ataques israelenses.

Os Estados Unidos, juntamente ao seu enclave Israel, têm buscado a via da ampliação do conflito militar a outros países da região. As provocações incluem ataques a militares iranianos em Beirute, capital libanesa, e em Bagdá, capital iraquiana, assim como outros no nordeste da Síria, e assassinatos de militantes houthis. O imperialismo se empenha em provocar guerras permanentes que lhes permita impulsionar a indústria armamentista, e assim atenuar as tendências recessivas em sua economia. Também pretende arrastar a Rússia (criando um novo foco paralelo à Ucrânia), e se possível a China para confrontos na região, tornado em guerra bélica a guerra comercial que trava.

O expansionismo militar do enclave de Israel tem sondado países árabes da região para levar adiante o esvaziamento populacional de Gaza, tornando-a em seu território e assim se apoderando dos recursos naturais que ali estão depositados. O genocídio é uma forma de terrorismo de estado, a ser usado como meio de expulsão sumária dos palestinos de suas terras.

A luta das massas palestinas se dá nas condições em que foram colocadas pelo avanço da opressão sionista apoiada inteiramente no poderio militar dos EUA, de um lado, e pela ausência da organização independente das massas da influência política das frações nacionalistas burguesas, o que dependeria de construir seu partido revolucionário, de outro. Pesa ainda mais a ausência da direção revolucionária mundial, internacionalista, que poderia impulsionar as tendências de luta das massas em toda parte, especialmente nos EUA, para dar um basta ao fornecimento de insumos militares que são despejados sobre os palestinos.

Mesmo que o Hamas ganhe cada vez mais apoio, e mesmo que esse apoio resulte em armamento das massas para

enfrentar Israel, o elemento decisivo no conflito é o combate anti-imperialista, que derrotasse a ofensiva militar estadunidense dentro de seu próprio território, e inviabilizasse o envio de insumos a Israel em todos os países, de todas as formas – aérea, naval, ferroviária e rodoviária.

A luta contra o genocídio em países como o Brasil se dá muito além dos pontos que as direções das organizações de massa têm colocado. A ruptura diplomática é um passo formal importante. Mas existem acordos comerciais, de cooperação policial, contratos de todo tipo, indústrias e comércio de capital sionista, etc. Os movimentos sociais têm a tarefa de levantar as bandeiras que correspondam ao enfrentamento com todos esses vínculos que favorecem a burguesia e o governo israelense.

É preciso apontar a responsabilidade do imperialismo no genocídio. É o mesmo imperialismo que impõe as medidas de proteção e favorecimento do capital financeiro, e do aumento da superexploração do trabalho, com arrocho salarial, perdas de empregos e direitos. Que pressiona pelas privatizações, que abocanham as estatais e as sucateiam, à custa da piora dos serviços públicos em geral.

Para combater o imperialismo que oprime as massas brasileiras e sustenta o genocídio na Palestina, é preciso erguer um poderoso movimento unitário e nacional ao redor das reivindicações mais sentidas pelas massas, organizado com total independência de classe, com os métodos da luta de classes e sob a estratégia própria de poder. O combate ao imperialismo deve se dar em toda parte.

A defesa do Hamas contra os ataques de Israel e dos EUA, bem como a defesa dos países que se voltam contra o aumento da opressão imperialista na região e em toda parte expressa a posição do proletariado mundial contra os exploradores de classe mundiais, a burguesia imperialista. Isto não quer dizer que assumimos a política do Hamas e desses governos, ou seus métodos. Apenas que combatemos ao seu lado contra os maiores inimigos das massas exploradas, o imperialismo.

A derrota militar de Israel e do imperialismo na Palestina é uma necessidade imediata das massas. Se o movimento de combate ao imperialismo se aproxima da direção, do programa e dos métodos do proletariado, se dará efetivamente um passo na direção da revolução proletária, socialista. Estará mais próximo o objetivo de uma República Socialista Palestina, parte de uma federação socialista no Oriente Médio. Assim se avançará concretamente para a Revolução Mundial Socialista, pela qual lutamos. A construção de um partido mundial da revolução socialista e de suas seções é fundamental para que isso ocorra. ●

As massas seguem em luta contra a opressão de classe e nacional

Acentuam-se as contradições objetivas que as empurram a combaterem unidas a burguesia e seus ataques

A transformação da Rússia na quinta economia mundial, ultrapassando a Alemanha, apesar de cercada e bloqueada pelo imperialismo, trouxe à tona as capacidades produtivas que preservam-se sob o envoltório das economias nacionalizadas pelas revoluções. O mesmo se verifica (resguardadas as devidas particularidades nacionais) com a transformação da China na maior exportadora de mercadorias industrializadas (de alto valor agregado e elevada composição técnica). Enquanto as potências imperialistas se desindustrializam e se aproximam da recessão. Apesar da crise de superprodução se manifestar ao interior dos Estados Operários degenerados, continuam a se desenvolver as forças produtivas nacionalizadas pelo proletariado vitorioso, certamente limitadas pelo seu encarceramento dentro das fronteiras e pelo controle parasitário das burocracias contrarrevolucionárias sobre a economia.

Isso explica porque a coalizão militar mais poderosa e melhor armada de países imperialistas e seus vassalos de toda a história não conseguiram ainda derrotar militarmente a Rússia. Sua economia estatizada tem permitido não apenas crescer economicamente como permitiu-lhe se rearmar, expandir a indústria militar e modernizar as forças armadas russas em meio à guerra. O que se reflete na consolidação das posições russas nos territórios anexados e suas ofensivas em grande parte do front.

O conflito na Ucrânia revela o choque de morte entre os Estados Operários e Capitalistas que Lênin caracterizou como o aspecto fundamental que marcaria a situação política mundial, após a vitória da primeira revolução proletária na história. A tese de que o conflito entre dois sistemas antagônicos condiciona o conteúdo e curso dos choques mundiais se verificam e confirmam a cada momento.

Enquanto a situação na Ucrânia se torna em pantanosa para o imperialismo, e a burocracia russa procura um compromisso com ele, os quase 100 dias de genocídio e invasão sionista em Gaza demonstram que a feroz resistência dos palestinos e suas organizações armadas ergueram uma poderosa força, perante a abismal desvantagem em tecnologia e armamentos, conseguindo não apenas manter acesa a luta pela autodeterminação nacional, como também dificultar a ofensiva militar e colonial sionista.

As potências capitalistas e aliados são empurradas pelas condições objetivas a agravar o intervencionismo bélico por toda parte. A Ucrânia e Palestina indicam sua necessidade de destruição de riquezas e forças produtivas (técnicas, materiais e humanas) socialmente produzidas para criar as condições à retomada dos lucros monopolistas e das economias capitalistas. Destruir as economias nacionalizadas para garantir a sobrevivência do capitalismo, por sua vez, combina-se ao ataque mais violento contra as condições de vida das massas. Eis porque a decomposição das economias burguesas é seguida pela decomposição de suas democracias, incapazes de resolver – ainda seja minimamente – as necessidades das massas. Assim, se aprofundam a guerra comercial, as tendências bélicas, o parasitismo financeiro, a destruição de indústrias e as contrarreformas contra a vida das massas.

Em meio a essa convulsiva situação política se potencia a luta de classes mundial. Verifica-se a revolta dos explorados por toda parte. As massivas e internacionalizadas manifestações pelo fim do genocídio em Gaza; as greves contra o envio de suprimentos ao estado terrorista e colonialista de Israel; as greves operárias em defesa dos salários, direitos e empregos etc. são diferentes manifestações da profunda projeção da luta de classes que acon-

tece mundialmente. As massas vêm revoltando-se, apesar dos bloqueios impostos por suas direções políticas e sindicais. Radicalizam-se, apesar de não contarem com suas direções revolucionárias. Demonstram ativamente sua solidariedade de classe com a luta dos palestinos, e erguem as bandeiras capazes de unificá-las por cima das fronteiras nacionais. Enfim, vêm demonstrando um claro instinto internacionalista em defesa da luta dos oprimidos de outros países.

Essa tendência das massas (instintiva, portanto, carente de uma direção política com compreensão histórica das tarefas colocadas para avançar à revolução proletária) entra em choque com a “solidariedade” e unidade da esmagadora maioria dos regimes burgueses em apoiar a ofensiva imperialista e o avanço da opressão nacional. Arábia Saudita, Qatar, Egito, etc. se têm mostrado pilares na sustentação do Estado genocida de Israel. Mas, foram obrigados pelas massas de seus países a congelarem as relações diplomáticas e denunciarem seus crimes de guerra e o genocídio. Resistem a romper relações e ajudar a armar a resistência palestina, porque uma derrota do sionismo e o avanço das massas para a luta anti-imperialista colocaria seus regimes em risco. Contam para isso com apoio da burocracia chinesa e russa, que pretendem congelar o conflito e evitar a deflagração de uma guerra internacionalizada por todo Oriente Médio, que as arrastaria a se chocar com o imperialismo, quando procuram as vias do acordo. Apesar desses bloqueios, as massas árabes estão dispostas a combater o imperialismo e seus serviços. Como podem, se organizam para atacar as bases e interesses econômicos do imperialismo e aliados.

A derrota militar dos sionistas e imperialistas em Gaza favorecerá a luta anti-imperialista e contra os go-

vernos árabes submetidos aos ditames imperialistas, de um lado, e aos interesses e manobras reacionárias das burocracias, de outro. A ação dos rebeldes houthys, atacando navios comerciais e militares das potências, do sionismo e aliados no Mar Vermelho, favorece a luta dos palestinos e impulsiona a revolta das massas árabes contra seus governos servis. Tampouco a classe operária mundial está alheia a esse instinto de solidariedade ativa com a luta dos palestinos. Na Bélgica, Espanha e Inglaterra houve greves e bloqueios de portos e aeroportos para impedir o envio de armas e suprimentos ao Estado de Israel. Se as massas conseguirem romper os bloqueios e assumirem a luta direta em ajuda aos palestinos, sem dúvida se dará um salto na luta de classes. É essa perspectiva que deve guiar a intervenção da vanguarda com consciência de classe. Defender o Hamas e os houthys e se colocar de seu lado pela derrota militar do imperialismo e sionismo (sem apoiar seu programa e objetivos) combina-se com a luta da classe operária contra seus capitalistas e seus governos.

As tendências instintivamente re-

volucionárias das massas surgem por toda parte. O que exige da vanguarda revolucionária se colocar sempre do lado dos oprimidos contra seus opressores. É seu dever defender sempre e incondicionalmente a derrota do imperialismo e seus aliados, e toda e cada uma das conquistas revolucionárias do proletariado mundial, sem nunca apoiar politicamente e sem se submeter programaticamente às direções e governos com os que aquele entra em choque. É necessário para isso defender as consignas que unificam os explorados por cima de suas nacionalidades e interesses econômicos particulares. Imediatamente, trata-se de: 1) organizar bloqueios de portos, aeroportos e transportes que paralisem a maquinaria de guerra imperialista e sionista; 2) lutar pela formação de frentes únicas em defesa dos palestinos, realizando boicotes e atacando a grande propriedade burguesa e sionista, e seus negócios; 3) apoiar e defender toda e qualquer ação de movimentos e correntes que objetivamente ajudem na derrota militar do imperialismo e seus vassalos; 4) organizar a luta nas ruas, o fechamento de avenidas e a

ocupação de fábricas, visando a impor a imediata ruptura dos governos com qualquer apoio tácito ou implícito a Ucrânia e Israel; 5) impulsivar as greves e as manifestações unitárias em defesa incondicional dos palestinos; 6) erguer as oposições revolucionárias que impulsivem o derrotismo revolucionário dos governos burgueses aliados do imperialismo na guerra contra Rússia e os palestinos; 7) generalizar e unificar cada protesto e luta contra os ataques da burguesia contra as condições de vida das massas operárias e assalariadas; 8) fazer avançar a ação coletiva das massas em defesa de suas reivindicações e direitos, para que se caminhe para uma frente única anti-imperialista, dentre outras.

Cada luta econômica e contra a opressão de classe e nacional que as massas empreendam cria condições para as massas do mundo todo avançarem um passo em direção à revolução proletária. Impulsivar a derrota dos exploradores e opressores em toda parte. A assimilação prática dos fundamentos do programa revolucionário aproxima as massas de sua vanguarda revolucionária. ●

Sanções e Guerra não param a Rússia: por que as esquerdas continuam errando?

 Os dados sociais da Federação Russa, no terceiro trimestre de 2023, ficaram melhores do que há um ano: houve aumento da média salarial de 7,2% e o rendimento geral da população foi 5,1% superior em relação ao mesmo período de 2022. A taxa de pobreza também caiu, de 10,5% para 10,2%. Dados que se confirmam com outros, apesar de todos os gastos com a manutenção da Guerra na Ucrânia e com as sanções impostas pelos EUA e pela Europa.

Segundo prognósticos de agências burguesas, o PIB do país deve continuar crescendo lentamente depois da queda inicial, em 2022, quando se inicia a Guerra na Ucrânia, mas em ritmo

superior ao da Europa.

Em 2022, houve queda de 2,1%, momento em que houve maior impacto com as sanções impostas, embora se tenha cogitado, na época, que o país poderia cair entre 8% a 12%, o que era um alarmismo para pressionar a burocracia ligada a Putin. No presente ano, 2023, o crescimento deve ficar entre 0,5 a 1%, como indicam organismos internacionais como o FMI, que aponta para 0,7% de crescimento (o governo russo aponta crescimento de mais de 2%). Em 2024, o crescimento do PIB da Rússia deve chegar a 1,5%, recuperando o perdido em 2022 e ultrapassando o crescimento dos países da zona do euro, que deve ficar em 0,5%.

Em termos de balança co-

mercial, a situação da Federação Russa hoje não é muito diferente da que era em 2019, quando o PIB crescia nesse patamar. O que as sanções impuseram foi uma mudança dos acordos e das relações comerciais entre os países.

Um exemplo é o rendimento alcançado com as exportações de petróleo. O produto teve seu preço limitado pelas sanções, devendo ser comercializado por até US\$ 60 por barril, um valor US\$ 24 menor do que o médio. Os novos parceiros comerciais se beneficiaram da medida e, mesmo países imperialistas, como o Japão, continuaram comprando acima do preço sancionado. O resultado é que, no presente mês, dezembro, a receita líquida com a venda do pe-

tróleo é a maior da história, chegando a US\$ 11,3 bilhões, e representando 31% da receita líquida global com as exportações. Os EUA, ainda que pretendessem limitar a venda, não a puderam sufocar completamente, porque isso elevaria o preço do barril para os países que boicotaram as importações da Rússia, ou seja, a medida afeta mais a Europa e o próprio EUA do que a Rússia e os demais compradores, sobretudo, os de países da Ásia, que se beneficiaram com o intenso fluxo do produto, mais barato, em seus mercados. Os dados de outubro do Ministério de Finanças russo apontaram que as receitas derivadas de gás e petróleo mais que duplicaram no último ano, chegando a

R\$ 86,3 bilhões. Nos dez primeiros meses de 2023, petróleo e gás correspondiam a 28% das receitas orçamentárias, que cresceram nem tanto pelo montante do que arrecadaram, quanto pela taxação mais intensa do governo sobre a produção.

Com efeito, desde o início da Guerra, o governo tem aumentado a taxação das empresas. Em 2022, por exemplo, o governo criou um imposto de 23,5% sobre a exportação de fertilizantes cuja tonelada ultrapassasse os US\$ 450 no mercado mundial. Como isso não ocorreu ao longo de 2023, criou outro imposto, no valor de 10% sobre o lucro excedente de qualquer empresa que tenha lucrado mais de US\$ 11 milhões em 2022 ou em 2023. Como já apontamos em *O Internacionalista*, o governo aumentou a taxação sobre a mineração no país, desde o início da Guerra.

Obviamente, as medidas estão ligadas aos esforços de guerra e à manutenção do orçamento frente às sanções. O que chama atenção é o fato de que o governo agir livremente, sem oposição no parlamento ou na sociedade, ao, literalmente, expropriar partes dos lucros dos capitalistas, em favor do orçamento do Estado. Os chamados oligarcas não têm poder para barrar as ações intervencionistas, submetendo-se aos ditames da burocracia governamental.

No início da Guerra, no primeiro semestre de 2022, houve uma grita de vários capitalistas, que temiam perder bilhões com a guerra e, de fato, perderam, muitos deles tendo de fugir da Federação Russa. Os que se opuseram e mantiveram a crítica, morreram de forma “suspeita”: até julho, 10 bilionários haviam se suicidado ou morrido em diferentes “quedas”. Mas não só na Federação Russa, os super ricos da Ucrânia que controla-

vam o governo e o território ucraniano sofreram duros golpes com a ação do governo Putin: primeiro, em 2014, com a anexação da Crimeia, e agora, com a Guerra em todo o território. Segundo a revista *Forbes*, a fortuna dos cinco mais ricos da Ucrânia despencou de mais de US\$ 21 bilhões para menos de US\$ 10 bilhões, entre fevereiro de 2022 a dezembro de 2022.

Quando se fala do poder de compra, isto é, da distribuição das riquezas no interior das nações, a Rússia já é a mais rica nação da Europa, tendo ultrapassado a Alemanha ainda em 2022. Segundo os dados já encerrados, o PIB PPC (Paridade do Poder de Compra) da Rússia chegou a US\$ 5,32 trilhões em 2022 contra US\$ 5,3 trilhões da Alemanha. O PIB PPC contabiliza o valor de todos os bens e serviços finais produzidos em uma nação, levando em conta não só os valores brutos que são contabilizados no PIB, mas o custo relativo de vida e as taxas de inflação do país. A Rússia fica atrás de China, EUA, Japão, potências mundiais, mesmo enfrentando um consórcio de nações na Guerra na Ucrânia e um crescimento da inflação, de 5,1% para 5,7%, entre o segundo e o terceiro trimestre do ano.

CONCLUSÕES

Olhando em conjunto esses dados, como outros que fomos publicando em 2023, em *O Internacionalista*, podemos chegar a dois caminhos para a análise: a perspectiva liberal burguesa, que pode se apresentar sob mil formas diferentes, mas que conclui que, após o fim da URSS e o fim do “socialismo”, foi possível a reconstrução capitalista e a ascensão da Rússia a um país imperialista, cujo domínio do grande capital industrial e financeiro atua com as mesmas políticas dos países imperialistas; e a perspectiva marxista-leninista-trotskis-

ta, sustentada por Guillermo Lora até a sua morte, de que não se restaurou o capitalismo, que o Estado ainda é um Estado operário degenerado, assentado na grande propriedade estatal/nacionalizada e, assim, a “resiliência” e a potência da economia russa estão ligadas ainda a essa base econômica, fruto da revolução proletária, impossível de ser derrubada sem guerra civil que derrube a própria burocracia governamental parasitária e destrua o poder da grande propriedade estatal dominante.

Os revisionistas querem se filiar à tradição leninista e trotskista, mas se negam a tirar as conclusões lógicas, históricas e econômicas de suas formulações acerca da restauração capitalista no país. Na prática, caem em posições liberais burguesas; na atualidade, imperialistas, como ao defender armas para a Ucrânia, ou clamando por uma “revolução mundial” genérica, para salvar os oprimidos da Ucrânia e da Rússia, de forma indistinta, como se as tarefas, táticas e estratégia fossem as mesmas. No fundo, ambas as posições revisionistas perfilam-se por detrás da OTAN e do imperialismo e convergem com as explicações burguesas, de um capitalismo renovado e, em nova fase, o “pós-capitalismo”, que garante uma

Os revisionistas querem se filiar à tradição leninista e trotskista, mas se negam a tirar as conclusões lógicas, históricas e econômicas de suas formulações acerca da restauração capitalista no país. Na prática, caem em posições liberais burguesas, na atualidade, imperialistas, como ao defender armas para a Ucrânia, ou clamando por uma “revolução mundial” genérica, para salvar os oprimidos da Ucrânia e da Rússia, de forma indistinta, como se as tarefas, táticas e estratégia fossem as mesmas.

sobrevida para a forma de exploração e para o modo de produção decadente. No essencial, abandonaram o programa da Revolução Política. ●

FOLHETO

Choques entre Estados IMPERIALISTAS e OPERÁRIOS

Novembro de 2023

Adquira com nossos militantes!

Eleições nos EUA: mudança de forma mas não de conteúdo



Apesar de ser o principal nome do Partido Republicano para disputar a presidência dos EUA em 2024, o ex-presidente Donald Trump deve ter sua candidatura cancelada em alguns estados americanos, o que deve impedir a sua eleição.

Diferente do Brasil, os estados têm autonomia para deliberar sobre as regras eleitorais. Até o dia 30 de dezembro, os estados do Colorado e do Maine, por meio de suas Supremas Cortes estaduais, decidiram por tornar o ex-presidente inelegível, o que não impede que concorra ainda pelos demais estados, mas, sem dúvida, diminui a sua possibilidade de vencer as eleições. Nos dois estados que são controlados por Democratas, Trump está recorrendo da decisão, que se baseia no fato de que esteve vinculado, direta ou indiretamente, à invasão do Capitólio em 2021.

A eleição do presidente é realizada de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral Nacional que reúne os delegados dos estados seguindo a proporção de votos obtidos por cada candidato nesses que votaram nos candidatos habilitados. Se avançar a cassação dos direitos de Trump em alguns estados, reduzir-se-iam seus delegados nacionais ainda que este seja habilitado na maioria de Estados. É essa estrutura eleitoral que facilita a atual manobra dos democratas, sem necessariamente se comprometer a impedir Trump.

A situação é ainda pior se se considera que há um movimento para barrar sua candidatura em 32 dos 50 estados norte-americanos, o que não

necessariamente comprova uma tendência para a maior ou boa parte dos estados também o tornarem inelegível. Os republicanos, por exemplo, dirigem um pouco mais que a maioria dos estados, 26. A questão fundamental está em saber o que querem os grandes grupos capitalistas do país que ainda observam o que pode ser melhor para a política imperialista que os EUA devem continuar desenvolvendo para manter a hegemonia global.

A Suprema Corte do país segue as diretrizes do grande capital e deve definir a situação de Trump. Se permitir que concorra, influenciando a derrubada das decisões estaduais, significa que a burguesia norte-americana quer dar uma forma e um ritmo mais acentuado para sua política voltada à guerra comercial contra a China e o cerco militar contra os países opositores. Além disso, deve significar o aumento da forma chauvinista de administrar o Estado burguês, ampliando a repressão interna contra imigrantes e a população mais pobre e preta. Essa forma, já iniciada com o primeiro mandato de Trump, deve ser retomada, caso ele possa concorrer, o que o levaria à vitória, considerando as atuais pesquisas de intenção de voto.

A saída mais autoritária, que é a de impedir que Trump concorra, e a mais provável, mostra como os Democratas querem artificialmente manter o poder político e o discurso “soft” enquanto preservam o conteúdo econômico das medidas efetuadas na última década, de ampliação da guerra comercial, de impulso das tendências

A direitização geral da política burguesa pode se expressar tanto por meio de uma figura abertamente fascizante quanto por meio de medidas antidemocráticas, assumidas pelos outros poderes do Estado, como o poder judiciário, ao intervir abertamente para decidir o resultado das urnas.

bélicas, e de intervenção nos conflitos da América Latina e do Oriente Médio, sobretudo. Não houve ruptura entre a prática política de Trump e a de Biden. Aliás, é com Biden que a guerra comercial, por exemplo, começa a se manifestar abertamente em conflitos bélicos, como se viu no impulso para que a OTAN armasse a Ucrânia ou no auxílio ao Estado genocida de Israel. Por detrás desses choques, há o choque entre a grande propriedade burguesa, sob a forma de capital financeiro, e a grande propriedade estatal, nacionalizada, de China e Rússia.

A desdolarização da economia mundial, a desindustrialização do próprio EUA, as instabilidades inflacionárias, o artificialismo do crescimento em setores de serviços e, agora, da indústria militar, tudo compõe o quadro de crise para a burguesia norte-americana, fração mais importante do imperialismo mundial. Se os ataques virão sobre a forma do discurso “democrata” ou “republicano” dependerá da luta de classes em nível nacional e internacional. A direitização geral da política burguesa pode se expressar tanto por meio de uma figura abertamente fascizante quanto por meio de medidas antidemocráticas, assumidas pelos outros poderes do Estado, como o poder judiciário, ao intervir abertamente para decidir o resultado das urnas. De qualquer forma, as massas norte-americanas e os explorados de todo o mundo devem esperar uma direção de maior opressão vinda da maior potência imperialista a partir desse novo mandato presidencial nos EUA. ●



Retirada de tropas da ONU em Mali e fechamento da embaixada francesa no Níger refletem as mudanças que se processam na situação política mundial

O governo francês fechou sua embaixada no Níger. O Ministério de Relações Exteriores da França informou que a mudança nas condições políticas no país africano “impossibilitavam” continuar suas operações. Desde o golpe militar nacionalista de 26 de julho do ano passado, ergueu-se um bloqueio ao redor da embaixada, e foram expulsos seus funcionários, acusados de orquestrar uma intervenção militar no Níger. O fechamento da embaixada se segue à retirada das tropas francesas e ao fechamento de sua base militar. Immediatamente, se sucederam festeiros e manifestações regadas de consignas anti-francesas pelo país.

Em Mali, foram retirados os últimos destacamentos de tropas da ONU. A ditadura militar nacionalista que se alçou ao poder (aliada militar e política da Junta Militar do Níger e de Burkina Faso) vinha exigindo a retirada dessas tropas, por serem uma base de manobras interventionistas do imperialismo. A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali

(Minusma) foi destacada para a proteção do governo pró-imperialista anterior contra as forças separatistas e, logo depois, contra o golpe militar de feições nacionalistas, que poria abaixo o governo entreguista e pró-imperialista.

A retirada de tropas, a extinção de bases militares e o fechamento de embaixadas expressam um recuo do imperialismo. Não obstante, não significa o fim da ação de desestabilização e golpismo contra os governos nacionalistas (sejam eleitos ou ditatoriais). Seguem operando as “agências de desenvolvimento” e ONGs. Por trás do trabalho voluntário de médicos, enfermeiros etc., operam agentes e mercenários, que recrutam apoiadores e fomentam revoltas em favor do imperialismo.

O importante a assinalar é que tanto no Mali quanto no Níger, assim como em Burkina Faso, aconteceram golpes militares que derrubaram governos marionetes dos monopólios imperialistas, em particular, franceses. E ergueram um bloqueio conjuntural ao saque imperialista das riquezas naturais, enquanto abriram

passagem à penetração dos interesses da burocracia russa e chinesa. Essas mudanças manifestam o curso mais geral que se verifica na situação mundial, de retrocesso dos países imperialistas e avanço dos Estados Operários (ainda que degenerados politicamente) nas relações políticas e econômicas mundiais.

É evidente que as burocracias estalinistas não têm interesse em garantir a plena e completa autodeterminação dos países africanos que alavancariam as tendências revolucionárias. Apoiam os governos que se chocam com o imperialismo porque, assim, enfraquecem seus adversários e, portanto, isso permite equacionar ou frear seus avanços sobre as fronteiras dos Estados Operários. Objetivam preservar a fonte de suas prebendas parasitárias. Apesar disso, essas mudanças no interior do continente africano não se projetariam, caso não existissem profundas tendências anti-imperialistas entre as massas, forjadas por séculos de escravismo, colonialismo e saque de suas riquezas.

A saída das tropas estrangeiras e o enfraquecimento

das posições imperialistas devem, sem dúvida, ser festejadas pelas massas explora-das africanas. Afinal de contas, são essas tropas que as massacram há séculos em benefício de um punhado de burgueses. Mas, nada têm a festejar de que seus governos se aliem e se subordinem à casta reacionária que liquidou a vanguarda revolucionária mundial e usurpou politicamente a classe que fez a revolução proletária, tomando posse do controle da economia e do Estado.

É apoiando todo e qualquer combate dos oprimidos contra seus verdugos imperialistas e favorecendo sua auto-organização em separado dos governos nacionalistas, sem apoiar seus programas e métodos de conciliação, que a vanguarda com consciência de classe poderá conquistar tanto a confiança das massas, como se delimitará da impotência dos nacionalistas em levar a luta anti-imperialista até às últimas consequências, favorecendo que avancem à conquista da independência política e organizativa perante suas burguesias e à assimilação do programa e estratégia proletárias na luta prática. ●



MILEI COLOCA SEU ATAQUE, O MAIS PROFUNDO JÁ VISTO NA ARGENTINA

A resposta é a greve geral por tempo indeterminado, organizada por meio das assembleias e comitês de base

O ultradireitista tomou posse como presidente no dia 10 de dezembro de 2023. Nessa data, completaram-se 40 anos desde a redemocratização burguesa, após 13 anos da ditadura militar. Pela via das eleições burguesas, chegava à presidência um defensor dessa mesma ditadura, que pretende governar autoritariamente, por cima das instituições. A democracia burguesa levou ao poder a fração burguesa rejeitada pelas massas no 1º turno das eleições, o grupo de Macri/Bullrich, que controla os principais ministérios do novo governo, e determina de fato sua política. 10 dias após sua posse, esse governo anunciou, pela via de um “Decreto de Necessidade e Urgência” (DNU), mais de 300 medidas que reestruturam violentamente as relações econômicas gerais entre os patrões e os assalariados, visando a uma rápida e elevada extração de lucros para os capitalistas, e orientada a aprofundar a estrangeirização e o controle da economia pelo imperialismo, com fortalecimento da política de sustento da Dívida Pública.

LINHAS GERAIS DO PROGRAMA DE GOVERNO

Segundo afirmou Milei em coletiva de imprensa quando apresentou o DNU, era necessário realizar um imediato e violento “programa de choque”, para “evitar a hiperinflação” e a desagregação social. Portanto, solicitava ao Congresso a aprovação do DNU, que, também, lhe garantia a faculdade de assumir as funções legislativas por um período de dois anos (até 2025). Disse não haver alternativa, pelo caráter da “urgência” das medidas e da “resistência” do Congresso (uma cova de ladrões e corruptos,

em suas palavras), a não ser outorgar-lhe os “plenos poderes” de que necessitava para aplicar seu programa. Eis: **1)** imediato corte do “Gasto público” (em 5% do PIB), paralisando as obras públicas e demitindo dezenas de milhares de funcionários; **2)** revogação imediata de inúmeros impostos nacionais que são utilizados para financiar estados e prefeituras; **3)** revogação da “Lei de aluguéis”, favorecendo uma nova legislação que permita que contratos sejam estabelecidos livremente, fixando o dólar como moeda de transação; **4)** revogação da “Lei de abastecimentos” (retirando do Estado o poder de regulamentar preços); **5)** revogação da lei de “Compre nacional” (prejudicando a indústria nacional), e favorecimento da livre importação, reformando o “código alfandegário” vigente; **6)** revogação da “Lei de promoção industrial” (que garantia favorecimento de créditos para empresas nacionais); **7)** transformação de todas as empresas estatais em “sociedades anônimas”, para posterior privatização; **8)** revogação da “Lei de terras” (que limita a compra de terras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras); **9)** liberalização da exploração mineira em áreas de preservação ambiental; **10)** fim do monopólio do Estado sobre as rotas do transporte aéreo de carga e passageiros; **11)** revogação das leis que regulam e limitam a prestação de serviços da medicina privada e a completa liberação de seus preços; **12)** modificação das políticas protetivas da indústria farmacêutica nacional e liberação dos preços de medicamentos; **13)** violenta reforma trabalhista, que estabelece o fim dos contratos para empresas com até 5

funcionários, e a extensão do período de experiência para 8 meses, etc.

DOLARIZAÇÃO PROGRESSIVA DA ECONOMIA

A depreciação do peso argentino e a liberação dos preços, adequando-os aos preços internacionais medidos em dólares, tiveram como efeito imediato o aumento dos produtos básicos de consumo (alimentos, serviços, energia etc.) em mais de 90%, em duas semanas. A inflação disparou, atingindo entre 20% e 30%, somente em dezembro. Estima-se que chegará a 200% ao ano (55% a mais que a inflação acumulada no ano de 2023, sob o governo de Fernández). Assim, as primeiras medidas monetárias e fiscais do ultradireitista promovem, no curto prazo, uma espiral hiperinflacionária.

A aposta do governo é a de favorecer um setor dos capitalistas para que tragam dólares ao país para compra de terras, empresas estatais, e façam investimentos por conta da destruição de direitos e encargos trabalhistas. Assim, pretende equacionar a diminuição do dinheiro circulante, produto da queda vertiginosa da demanda interna e da “escassez” de dólares. Disso trata, todavia, seu plano de liberalizar os preços das exportações de matérias-primas. Percebe-se que, imediatamente, são os capitalistas agroindustriais e o capital financeiro os principais beneficiados da “dolarização” dos preços que, produzindo com preços (insumos e mão-de-obra) “pesificadas”, obterão enormes lucros, os quais, diminuídas as taxas alfandegárias, garantem o fluxo de dólares que se orientarão ao pagamento da dívida pública.

Ao preço de resolver a “escassez” de dólares, que são necessários para

avançar a seu programa de governo, Milei projeta no futuro as tendências recessivas. É mais ou menos o mesmo que se passou sob o governo de Carlos Menem (peronista). Ele “encadeou” o valor do peso argentino ao dólar, o que agravou a estagnação industrial e a desindustrialização. Estabilizou-se o déficit (ao menos por uns 5 ou 6 anos), para depois voltasse a explodir, e empurrar o governo peronista de Menem a se endividar ainda mais com o FMI, para manter as contas fiscais equacionadas. Enquanto a “dolarização formal” da economia serviu aos monopólios, para comprar estatais a preços rebaixados, os preços liberados permitiram volumosos lucros, ao garantir-lhes preços monopólicos nos serviços privatizados.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO E 'PRIMARIZAÇÃO' DA ESTRUTURA PRÓDUTIVA

O plano de governo focaliza medidas monetárias e fiscais. Negligencia, assim, a produção de novas riquezas e de valor agregado. O que significa destruir a possibilidade de assentar as bases para estabilizar o déficit no longo prazo. Daí que o imperialismo se diz disposto a futuros empréstimos e exigiu que se mantivessem certos impostos nacionais para pagamento da dívida por esses novos empréstimos. Assim, condicionou o governo Milei a descumprir parte de sua promessa de campanha, que era a de acabar com a maioria dos impostos. Ao imperialismo, só interessa que se mantenham aqueles impostos que garantem uma “base orçamentária” para “honrar” o pagamento das dívidas.

Como se verifica pela experiência de governos anteriores, essas medidas levam à destruição de forças produtivas e à restrição da indústria, ora ligada ao processamento dos produtos de exportação, ora como complementos produtivos da produção dos monopólios no exterior.

As medidas criam as condições para a transformação do país em produtor de produtos de baixo valor agregado (agrícolas e minerais, fundamentalmente), subordinados à cadeia produtiva das potências imperialistas. Um exemplo disso é o lítio, que, para Milei, deveria ser explorado e processado por capitais estrangeiros. Ao fazê-lo, refere-se particularmente a Elon Musk, que está esfregando as mãos com a possibilidade de obter, a preços baixos e grandes volumes, um

insumo vital à produção de carros elétricos. O que, combinado à nova legislação de terras (se aprovada), garantiria aos capitalistas e ao capital financeiro quase um controle absoluto de inúmeros recursos e riquezas.

DESNACIONALIZAÇÃO E ESTRANGERIZAÇÃO DE TERRAS

A revogação da “Lei de Terras” visa, segundo Milei, a “promover investimentos”. Na verdade, favorece a ampla e rápida desnacionalização, ao permitir a livre compra de terras (sem limitação de hectares) pelos fundos de investimento e pelo capital financeiro. Paralelamente, favorecerá a ampliação das fronteiras agrícolas de commodities agrícolas e minerais, reforçando o caráter atrasado do país e sua inserção na divisão do trabalho como exportador de matéria-prima de baixo valor agregado.

A Lei 26.737 estabelecia um limite à compra de terras por estrangeiros de até mil hectares, e 15% do total de terras. E impunha, assim, que se recorresse às “associações” com latifundiários e capitalistas nacionais, para poder avançar além do permitido pela lei. Isso tudo será apagado. Além disso, como as propriedades de estrangeiros estão subordinadas às leis dos países de origem do proprietário (considerados territórios onde se aplica a soberania nacional desses), qualquer intervenção do Estado ou ocupação de terras será considerada contrária ao direito internacional, e submetida à intervenção estrangeira. Trata-se do ataque mais profundo ao princípio elementar de soberania de um país sobre os territórios. Um entreguismo sem comparação a qualquer época ou regime político anterior.

AJUSTANDO AS ASPIRAÇÕES 'BONAPARTISTAS' À REALIDADE 'REPÚBLICANA' CONCRETA

O programa pretende subverter radicalmente a estrutura econômica, social e jurídica que vigora no país há décadas. Ainda que festejado pelo conjunto da burguesia mundial, também obteve críticas de setores da burguesia nacional. Submetidos à livre concorrência com capitais estrangeiros (com maior composição técnica e mais elevada produtividade), acabariam por perder suas posições no mercado interno, reduzindo em muito sua participação na mais-valia arrancada do proletariado nacional.

Porta-vozes desses setores dedica-

ram-se a mostrar os supostos benefícios da negociação no Parlamento. Procuram dessa forma barganhar mudanças às medidas que preservem, pelo menos, parte de seus interesses. Por sua vez, o governo sabia que o DNU poderia cair em letra morta. Para Milei, deve ser aceito ou rejeitado na íntegra pelo Parlamento. É provável que o envio do projeto de “mega-lei” (que será negociada em parte ou no todo) e a subordinação formal do governo ao “equilíbrio de poderes” (antes caracterizado por Milei como um obstáculo) objetive a obter garantias de que a essência de seu programa será aprovada. Embora apareça como a menor possibilidade, poderá obter uma limitada centralização das funções legislativas e executivas, se conseguir, mediante as negociações, contar com o apoio majoritário das frações políticas burguesas presentes no Parlamento.

Está aí porque após praticamente jurar que “jamais” manteria os subsídios estatais às empresas, teve que mantê-los, após negociar com os capitalistas donos do transporte rodoviário de Buenos Aires. A queda na venda de passagens, produto do aumento das tarifas em 50%, ameaçava reduzir muito os lucros aguardados pelos patrões do setor. Milei também rejeitava estabelecer limites de preços aos produtos de consumo popular. Mas, a queda das vendas (resultado do empobreecimento das massas perante o aumento dos preços em 50%, em uma semana) afetou os lucros de grandes e médios capitalistas do comércio, de atacado e varejo. Assim, Milei teve de anunciar rapidamente um “acordo” com os empresários, para fixar os preços para 20 produtos da cesta básica. Perante as tendências de estrangeirização da economia, finalmente uma fração da direita no Parlamento (base aliada do governo) reagiu, se queixando, de que, em entrevistas na mídia burguesa, afirmou que somente aprovaria as privatizações se se garantisse a participação dos capitais nacionais como “sócios” delas.

GOVERNO DEMOCRÁTICO-BURGUÊS DE FEIÇÕES FASCISTIZANTES

Milei não pode passar por cima das relações sociais e institucionais surgidas da estruturação histórica e política do país. E menos ainda pode transformá-la da noite para o dia por decreto. Enquanto não houver mudanças decisivas na luta de classes, suas tendências bonapartistas serão

condicionadas pelas disputas interburguesas e pelas instituições. Equivocam-se aqueles que caracterizam o governo Milei como “ditadura civil”, porque superestimam sua retórica, e subestimam a realidade que condiciona seu desenvolvimento. Um governo bonapartista — agindo por cima das frações burguesas e subordinando ditatorialmente o Parlamento e a Justiça — não pode ser descartado que se imponha no futuro; mas não é isso que caracteriza o regime de governo atual. Trata-se de um governo burguês ultradireitista, eleito pela via democrático-burguesa, que participa da “divisão de poderes”, própria do regime democrático burguês.

Essas relações tampouco são alheias aos manejos e movimentações do capital financeiro. O imperialismo atualmente promove seus violentos ataques contra as massas por dentro das instituições da democracia burguesa, não por fora delas. Enquanto as massas não romperem o bloqueio de suas direções e assumirem a luta de classes, não há necessidade para a burguesia de desmontar a farsa democrática, se ainda essa lhe serve para desfilar seus ataques sem temor a um levante das massas. Em síntese: a projeção das tendências bonapartistas e a possibilidade efetiva de uma mudança no regime político depende, em última instância, do curso da luta de classes, que, atualmente, favorece a vigência do regime democrático burguês.

PREPARA-SE UM VERDADEIRO MASSACRE AOS ASSALARIADOS

Se tivéssemos de simplificar o “plano” de Milei para os assalariados, poderíamos sintetizar assim: impõe violenta e rapidamente a modificação total das estruturas jurídicas e as relações entre capitalistas e assalariados, visando a garantir a extração de elevados lucros, reduzindo as condições de vida dos explorados a mínimas condições de existência física e social.

Disso trata a “flexibilização” do regime trabalhista que, dentre outras coisas, favorece: **1)** a imposição da extensão da jornada “legal” de trabalho, até por 12 horas; **2)** a destruição dos convênios coletivos e imposição das negociações por empresa e até individuais; **3)** a extensão da terceirização e do trabalho temporário a todos os ramos da produção; **4)** a modificação dos critérios de pagamento de horas extras (que somente seriam reconhe-

cidas quando ultrapassadas as 12 horas reconhecidas para o “descanso”); **5)** a extensão do “período de experiência” de contratados de 3 para 8 meses, prorrogável até efetivação ou rescisão contratual (que poderá ser feita sem qualquer aviso prévio e sem justificativa); **6)** a redução dos montantes de indenização e modificação das leis para retirar delas o 13º salário e outros benefícios salariais (comissão, abono etc.); **7)** a desoneração da folha de pagamentos; **8)** a eliminação da legislação de “presunção de contratação”, que obriga os capitalistas a assumirem a relação efetiva com o assalariado — se comprovado o vínculo “estável” na prestação de serviços; **9)** garantias para as demissões sem justa causa, sem aviso prévio e sem computar antiguidade, reduzindo os custos aos capitalistas por encargos trabalhistas e pelo valor da indenização (que poderia ser gerida por um fundo criado pelos próprios sindicatos, e não de responsabilidade do patronato); **10)** as garantias ao patronato para demitir grevistas que participam de bloqueios e ocupações, e muito mais.

Os ataques ainda afetarão um amplo leque de componentes indiretos do salário, a exemplo das aposentadorias — que serão reformadas e congeladas, aumento dos planos de saúde (até 50%), dos serviços (conserto de carros, aluguel e manutenção de imóveis, delivery de comida, entrega por correio etc.). Todavia, esses violentos ataques se realizam quando se projeta a pobreza em até 50% (62% dela afeta crianças e jovens), e 18 milhões estão abaixo dos índices de indigência. É bom lembrar que 51% dos assalariados são terceirizados (26% deles sem qualquer vínculo trabalhista e 24% sobrevivendo da economia informal), e que o poder aquisitivo acumulado (de 2017 a 2023) caiu em 32%. No país, 33% dos empregados sobrevivem com salários abaixo do mínimo necessário para sobreviver, e 32% da população vive em moradias precárias e favelas. Portanto, fica claro que a reforma trabalhista se orienta especialmente a atacar os 40% dos assalariados que ainda contam com alguns direitos.

Resumindo: o “choque” de Milei é o mais violento e profundo já desferido contra os assalariados e demais oprimidos na história do país. É o programa mais bem acabado que se apresenta para os países semicoloniais, orientados a sustentar o parasitismo

financeiro, e dirigidos pela política direitista da burguesia no mundo todo. O que inevitavelmente levará a que se levantem as manifestações, lutas, greves das massas, quando suas ilusões na possibilidade de barrar as medidas pelas vias institucionais sejam desintegradas pela realidade econômica e social. Por isso, o governo e a burguesia se preparam para o fortalecimento do Estado policial e das medidas jurídicas e penais contra a revolta das massas.

APARELHAMENTO DO ESTADO POLICIAL E MILITARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Disso trata a proposta de mudar a legislação penal, reformando o Artigo 34º do Código Penal. Milei propõe limitar a punição de policiais que tenham assassinado ou alvejado criminosos, suspeitos ou até manifestantes. Sempre se partirá do pressuposto de que agiram no cumprimento da lei, até que um ditame judicial afirme o contrário. Facilitar-se-á ainda a impunidade, ao garantir à tropa e aos suboficiais o direito de exigir em sua defesa a “ordem devida”, livrando-se da punição porque “recebeu ordens”.

Quanto à repressão orientada aos movimentos e greves operárias e populares, impõe-se-ão (se aprovada sua proposta) a prisão de grevistas e manifestantes que bloquearam ruas e ocuparam fábricas ou prédios governamentais, sob justificativa de prejudicar a livre circulação e o direito de propriedade privada. No mesmo sentido, se propõem limites às greves nos setores e serviços essenciais, que agora passariam a ser boa parte da atividade econômica, e ainda penas de cárcere efetivo aos que “estorvam ou prejudicam” o funcionamento desses serviços. Inclusive, pretende-se responsabilizar penalmente às lideranças reconhecidas de partidos, correntes, movimentos, que cortem ruas ou bloqueiem prédios e fábricas. Para isso, facilitar-se-ia a coleta de dados de inteligência, permitindo a filmagem de mobilizações e pessoas, requisição em transportes públicos (como aconteceu na mobilização do dia 20 de dezembro), e tantas outras medidas de feições ditatoriais, que, mais uma vez, manifestam, de forma mais clara, a direitização da burguesia e sua adoção de métodos autoritários e repressivos por meio das instituições democráticas.

POR ONDE PASSA O COMBATE AO GOVERNO ULTRADIREITISTA

Segundo pesquisas, 51% dos vo-

tos a Milei vieram dos assalariados com carteira assinada, 47,4% dos aposentados, 51% dos assalariados terceirizados e de pequenos comerciantes. 30% dessa base eleitoral anteriormente votou no peronismo. São esses setores, além dos explorados e oprimidos, que votaram “contra ele”, os que serão desgraçados pelo programa de governo do ultradireitista.

Os ataques golpeiam tanto os que votaram contra como aqueles que o apoiaram. Não por acaso, essas violentas medidas se têm refletido, em apenas duas semanas, como queda em 10% de seu apoio. Votado com 55% de apoio eleitoral, ao encerramento desta edição de *O Internacionalista* sua imagem positiva coloca-se na casa de 44%. A maior queda de qualquer presidente em tão pouco tempo.

O que interessa à política proletária é entender que o avanço aos ataques terá de ser respondido instintivamente pelas massas, obrigadas a saírem à luta para defender seus

direitos retirados e suas condições de vida. A unificação nacional das lutas dos oprimidos e sua convergência com a pequena burguesia arruinada estão colocadas. A vanguarda com consciência de classe terá de tomar essa tarefa em suas mãos, ajudando as massas a romperem com suas direções políticas e sindicais. Direções essas que, tanto na marcha do dia 20, quanto na marcha dos sindicatos uma semana depois, se subordinaram ao “protocolo de segurança” imposto por decreto, respeitando os ditames policiais e imposições do Estado de por onde e como deviam mobilizar-se. Portanto, renunciaram a defender o direito dos assalariados e de suas organizações de classe decidiram como se mobilizar e o que fazer, sem qualquer interferência do Estado ou da polícia em suas decisões.

Não será com a capitulação perante as leis que os explorados poderão enfrentar, combater e derrubar o programa de governo do ultradireitista. Tampouco se trata de gritar que o go-

verno desrespeita a Constituição e as leis (o Partido Operário Revolucionário, seção argentina do Cerqui, assim como todos os partidos centristas, faz essa denúncia como se o respeito à Constituição e às leis garantisse que não fosse aplicado o DNU), mas de defender que as massas combatam toda e qualquer lei que as reprime e retira suas condições de existência, e recorram aos métodos da luta de classes para derrotar o governo e a burguesia, impondo suas reivindicações, a partir de sua força coletiva.

Deve-se defender a derrubada do DNU e das demais leis e contrarreformas apresentadas nas ruas, ocupando e bloqueando as rodovias, paralisando as fábricas e avançando à unificação nacional de todos os explorados e oprimidos sob um programa comum de reivindicações que crie as condições para derrotar o conjunto das medidas antinacionais e antipopulares de Milei, que avance na luta contra o regime burguês sob o programa da revolução proletária.

GUATEMALA

Fracassado o golpe judicial, o imperialismo prepara a posse de Arévalo e a retomada das contrarreformas

 O Ministério Público (MP) vem tentando há meses anular as eleições gerais e impor a nulidade da posse de Arévalo por “irregularidades”, porque, supostamente, as “atas de fechamento da contagem de votos são nulas”. Em sua ofensiva, ainda tentou desqualificar e anular a intervenção de “órgãos estrangeiros” e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que reconheceram a legitimidade e legalidade dos resultados eleitorais.

O presidente atual, Giammattei, reuniu-se com Arévalo e, em coletiva de imprensa, ambos afirmaram que a transição estava garantida, e se realizaria em 14 de janeiro de 2024, como previsto. O Tribunal de Constitucionalidade (CC) e o Supremo Tribunal de Justiça (CSJ) se pronunciaram em favor da posse de Arévalo e do TSE. A OEA, a ONU, junto aos governos norte-americano, britânico e europeus, denunciaram as ações do MP como “golpe institucional” e “atentado à democracia”. Isolado e sob pressão do imperialismo, o MP não teve como bloquear a posse de Arévalo e recuou.

Manobras anteriores do MP visaram a evitar que Arévalo concorresse ao segundo turno e, desse modo, se beneficiasse as candidaturas “biônicas” da oligarquia que controla o aparelho de Estado. Seu maior temor é a ofensiva declarada contra seus membros e agentes políticos pelo governo dos EUA. O Departamento de Estado norte-americano abriu inúmeros processos contra funcionários e ex-presidentes do país por corrupção e “lavagem de dinheiro” do narcotráfico, dentre eles, a cúpula do MP. Contando com apoio dos EUA, Arévalo poderia avançar na “limpeza” dessas instituições, destituindo fiscais, ministros, etc., que teriam de enfrentar os pedidos de extradição. São esses interesses que se acobertam por trás da retórica do “respeito à vontade do povo no primeiro turno eleitoral”, erguida pelo MP. Sob pressão do imperialismo, frações das oligarquias latifundi-

árias e da burocracia estatal começaram a procurar uma via de acordo, a exemplo de Giammattei.

Arévalo sai fortalecido do encerramento dessa fase da crise. Mas, se fortalece especialmente o imperialismo, ao compreender como defensor da democracia. Essa defesa da democracia e dos métodos institucionais de governo estão alinhados à preservação dos interesses do imperialismo. Arévalo conta com apoio massivo da população, que foi alvo das contrarreformas, anunciadas pelos governos anteriores, mas que, por conta da luta de classes, fizeram-nos recuar. Pelo amplo apoio popular e as fortes ilusões em seu futuro governo, Arévalo se valerá dessa ascendência para avançar a sua aplicação, talvez negociando com as direções sindicais. Disso trata, aliás, a ofensiva “anticorrupção” do governo dos EUA contra funcionários e políticos do país, dentre eles os fiscais do MP: a permanência no aparelho de Estado desses setores é um entrave para que se imponham os interesses imperialistas.

Esses choques interburgueses, que temos acompanhado ao longo de nossos jornais, expressam tanto os interesses particulares de cada fração da burguesia na situação política, quanto as mudanças nas táticas imperialistas para impor seus objetivos. Eis porque a posse de Arévalo não é uma vitória da democracia, e sim vitória das principais forças econômicas capitalistas. Eis porque também, no dia 14 de janeiro, as massas não terão nada a festejar. Após uma breve “lua de mel” dos explorados com o novo governo, sofrerão novos ataques contra suas condições de vida.

As condições objetivas obrigarão as massas a retomarem a luta pelas reivindicações. Voltará a ser colocada a necessidade de erguer um programa de reivindicações comuns que permita aos oprimidos dar um salto em sua independência de classe, sob o programa e estratégia proletárias. ●

| ECUADOR

Noboa continua a política de governos anteriores de atacar as massas para favorecer o grande capital

O governo recém-eleito de Daniel Noboa anunciou suas primeiras medidas de governo. Segundo anunciou em coletiva de imprensa, os recursos orçamentários são de US\$ 184 milhões, enquanto os “atrasos em pagamentos” ascendem a US\$ 2,872 bilhões. O déficit de 2023 foi de US\$ 5 bilhões (5% do PIB) e a renda per capita reduziu-se 9% em 10 anos, produto da estagnação econômica. Eis porque o país tem o índice de “risco país” (“ranking” do capital financeiro para os investimentos) mais elevado da América Latina: 2 mil pontos, o que condiciona as taxas e os tempos de “retorno” dos empréstimos financeiros. Esse elevado “risco” se deve especialmente ao montante de US\$ 63 bilhões da Dívida, entre externa e interna, e também ao fato de que muita renda da economia informal e do narcotráfico não são “tributáveis”.

A primeira medida anunciada e aprovada foi a extinção da Empresa Coordenadora de Empresas Públicas, responsável por “planificar, coordenar e controlar” 12 empresas estatais. Dentre elas: a Corporação Nacional de Energia (CNEL), a Corporação Nacional de Telecomunicações (CNT) e a Corporação Elétrica de Equador (CELEC). A “extinção” da EMCO prepara a desregulamentação do mercado de

telecomunicações e energia. Sem controle e coordenação estatal, as empresas ficariam submetidas aos valescos do livre mercado (reduzir-se-iam os investimentos e subsídios do Estado) e, desse modo, seriam empurradas a abrir seu pacote de ações, levando à sua privatização. O mesmo destino está reservado para as empresas estatais de petróleo (Petroequador), mineiros (Empresa Nacional Mineira do Equador/Enami), água (Empresa Pública de Água), correios, tv, etc.

A Assembleia Nacional aprovou (21/12/2023) uma emenda constitucional que permite ao exército exercer funções de polícia. A medida ainda terá de ser submetida a plebiscito. Porém, não haverá como reduzir os negócios criminosos que parasitam as instituições do Estado. A militarização da sociedade, entretanto, se voltará a enfrentar qualquer revolta das massas que passem a lutar por suas reivindicações. Está fresca na memória da burguesia, a revolta popular de fins de 2019, que barrou grande parte das contrarreformas que hoje o governo Noboa volta a colocar em cena.

A “solução” de Noboa se reduz à mesma receita de todos os governos burgueses que o antecederam: atacar as massas em benefício do grande capital. Eis: a) fim da contribuição patrimo-

nial (reforma tributária regressiva); b) diminuição das contribuições patronais (redução dos salários indiretos dos assalariados); c) contenção e redução do gasto público (demissões e redução do orçamento para serviços sociais); d) readequação de direitos trabalhistas (contrarreformas) e, especialmente, e) garantia de controle do déficit público (tributação sobre os assalariados e sobre o consumo para pagamento da Dívida Pública).

Com o mesmo objetivo, se orienta a desnacionalizar setores da economia. Dessa forma, para acabar com o “déficit” orçamentário, o governo pretende desregularizar (privatizando) os serviços públicos, transferindo parte da arrecadação e das riquezas já acumuladas para os capitalistas e o capital financeiro. Visa, assim, a criar as condições de artificial projeção dos lucros. Dentre as principais medidas, destacam-se aquelas que favorecem o capital financeiro, como demissões no funcionalismo e elevação da alíquota do IVA, que favorece o Estado em abocanhar recursos orientados a garantir o parasitismo da dívida. Outras medidas procuram garantir a redução de custos e encargos de setores da burguesia nacional, como a desoneração tributária e redução do imposto de renda para aqueles que “contratem” mão-de-obra.

A militarização da sociedade, entretanto, se dirigirá a enfrentar qualquer revolta das massas que passem a lutar por suas reivindicações. Está fresca na memória da burguesia, a revolta popular de fins de 2019, que barrou grande parte das contrarreformas que hoje o governo Noboa volta a colocar em cena.

Nota-se que o governo de transição (governará até 2025, após a renúncia de Lasso) pretende resolver de forma rápida e profunda as medidas e ataques que tiveram resistência das massas nos últimos quatro anos. Quer dizer que os explorados serão obrigados a retomar a luta e a combater o governo eleito. Haverá condições para que sejam retomadas as tendências insurrecionais presentes em 2019. Desenvolvendo as reivindicações gerais e unificando as lutas das massas, a vanguarda com consciência de classe terá oportunidade para ajudá-las a avançar na luta de classes e derrotar as contrarreformas. ●

O significado da vitória do “não” no plebiscito



Em 17 de dezembro, foi realizado o plebiscito para aprovar ou rejeitar a proposta de nova Constituição, redigida pelo Conselho Constitucional. Com 57,75%, venceu a rejeição, contra 44,24% dos que votaram por sua aprovação. 3,7% votaram nulo e 5% em branco. A participação alcançou 84% do padrão eleitoral.

É, sem dúvida, a maior participação eleitoral em mais de 30 anos. Esse “crescimento” exponencial (em anteriores eleições, participava pouco mais de 60% dos habilitados) se deve à imposição do “voto obrigatório” há dois anos, medida que a direita e a esquerda burguesas utilizaram para dar um verniz mais “democrático” a uma nova Constituição, criando a ilusão de que a sua aprovação, por ampla maioria, refletiria a “vontade popular”.

A Constituição rejeitada em 17/12 foi a segunda tentativa falha em aprovar uma nova Carta Magna, após a desaprovação daquela surgida da Convenção Constitucional, em setembro de 2022. O fracasso de ambos processos constituintes – um recheado de promessas de reformas progressistas, e outro que negava qualquer avanço aos direitos civis e sociais – demonstra que os explorados que foram obrigados a votar percebem instintivamente que apenas servem de coadjuvantes à “encenação do processo constitucional” (seja de verniz progressista ou ultradireitista).

O fracasso de ambos processos constituintes – um recheado de promessas de reformas progressistas, e outro que negava qualquer avanço aos direitos civis e sociais – demonstra que os explorados que foram obrigados a votar percebem instintivamente que apenas servem de coadjuvantes à “encenação do processo constitucional” (seja de verniz progressista ou ultradireitista) e que, de fato, não decidem nada, e que qualquer Constituição apenas mantém em pé a estrutura econômica e política que os desgraça com desemprego, precarização e fome.

niz progressista ou ultradireitista) e que, de fato, não decidem nada, e que qualquer Constituição apenas mantém em pé a estrutura econômica e política que os desgraça com desemprego, precarização e fome.

Não obstante, esse percurso institucional permitiu à burguesia completar a manobra que arquitetou, para bloquear as tendências insurrecionais das massas contra o regime burguês semicolonial, que se manifestaram ampla e radicalmente no levante operário, popular e estudantil de outubro/novembro de 2019. A primeira manobra foiposta em prática em 17 de dezembro daquele ano. A direita e as esquerdas burguesas decidiram convocar uma Assembleia Constituinte para redigir uma nova Constituição. Pretendia-se, não apenas abortar a crise política profunda, como fazer crer aos explorados que se daria uma resposta à sua exigên-

cia de pôr abaixo a Constituição herdada da ditadura pinochetista. Direita e esquerda burguesas agiam de conjunto para retomar as condições de governabilidade burguesa.

O direitista Sebastián Piñera era o presidente do país, ainda em 2019. Convocou um plebiscito para perguntar à população se queria ou não mudar a Constituição pinochetista, vigente desde 1980. Em 25 de outubro de 2020, a esmagadora maioria (78%) se pronunciou a favor. Em maio de 2021, foram eleitos, em eleições gerais, 154 constituintes encarregados de redigir na Convenção Constitucional o novo texto. Em setembro de 2022, a proposta de Constituição foi plebiscitada e rejeitada por 62% dos votantes. Piñera cumpria 6 meses como presidente. De comum acordo com a direita, convocou um segundo processo constitucional. Desta vez, se trabalharia sobre uma proposta redi-

gida por juristas e advogados, grande parte deles ligados estreitamente aos partidos direitistas e ultradireitistas, e seria supervisionada pelo Tribunal Constitucional, dominado pela direita pinochetista.

A direita e a ultradireita conseguiram barrar todas as propostas anteriormente incluídas no projeto de 2022 sobre direitos sociais (aborto, matrimônio igualitário, etc.). Não obstante, não podiam desconhecer o profundo rechaço das massas à Constituição pinochetista que servira de base à ascensão eleitoral do governo reformista de Boric, e que prometeu refundar o Chile sobre a base de uma constituição “democrática” e “progressiva”. A direita e a ultradireita aceitaram encenar “consensos democráticos” com reformistas, socialistas e estalinistas para dar um verniz pseudodemocrático à redação enquanto esta não tocasse no fundamental da estrutura herdada da ditadura pró-imperialista.

Preservaram-se as mesmas bases econômicas e sociais que favorecem o imperialismo, os monopólios e a burocracia militar. Mas, a diferença da constituição pinochetista é que o novo projeto estava cinicamente recheado de retórica democratizante. Caracterizava-se o país como um “estado de direito social e democrático”. Porém, mantinha-se a impunidade das Forças Armadas na repressão interna. Pessoas condenadas à prisão em cárcere efetiva poderiam passar seus dias em prisão domiciliar, quando “comprovada” doença terminal, o que beneficiaria a 134 militares condenados por violação de direitos humanos durante a ditadura militar. Propunha-se ainda a expulsão imediata de imigrantes ilegais, respeitando a “dignidade humana” e as “garantias fundamentais”. Negavam-se também as mínimas garantias aos direitos sociais básicos (aposentadorias, saúde e educação continuaram privatizadas). Todavia, se isentava de contribuição fiscal a aquisição da “primeira habitação”, que beneficiava a pequena burguesia abastada. Além disso, em seu artigo nº 5, se reconhecia (retoricamente) os povos indígenas como “parte da nação” chilena, “única e indivisível”; portanto, se lhes negava sua autodeterminação e a propriedade sobre suas terras ancestrais. Em troca, ofe-

recia-lhes o reconhecimento do “valor da diversidade étnica” e seu direito a “participar” na elaboração de políticas públicas. Outro artigo reforçava a criminalização do protesto social e das manifestações que seriam enquadradas (assim como agora) como terrorismo, e contrárias “aos direitos humanos [leia-se propriedade privada] e à segurança da Nação [leia-se Estado burguês]”. Enfim, se pretendia dar um status constitucional a medidas políticas em vigência e práticas recorrentes do Estado burguês.

O que fica então após quatro de anos de tentativas e de fracassos? Fica em pé a Constituição pinochetista odiada pelas massas, ainda que remendada por 70 vezes, desde a redemocratização burguesa e aceita pela esquerda burguesa e pequeno-burguesa como marco jurídico e institucional que condiciona todos os governos burgueses de plantão. Apesar desse retorno ao mesmo ponto de partida, é necessário assinalar que houve três mudanças fundamentais nesse percurso de mais de três décadas. São essas: 1) garantias constitucionais para o processo eleitoral como fundamento da estruturação política do país, 2) possibilidade de fazer novas mudanças (se garantido quórum de 2/3 no Parlamento), e 3) “subordinação” formal das Forças Armadas ao poder político. Essas mudanças apenas adequaram a Constituição pinochetista à preservação da democracia formal como instrumento da ditadura da burguesia, na conjuntura em que permanecem as ilusões democráticas das massas. Um exemplo é a suposta subordinação das Forças Armadas ao poder político, em vez da hierarquia militar. Ainda que não altere em nada a militarização do Estado, faz da repressão um exercício do “Estado de direito”.

Está aí porque a vitória do “NÃO APROVO” não significou a derrota da ultradireita e da direita. Pelo contrário, concretiza essa vitória, ao manter vigente o essencial da Constituição pinochetista. Por isso, é importante ressaltar que, ainda que fosse um objetivo da burguesia traduzir na linguagem constitucional os interesses e os métodos que são aplicados contra os explorados e oprimidos (tanto sob a ditadura quanto sob a democracia formal), a aprovação ou rejeição não alterava a realidade da ditadura capitalista sobre as massas. E agora a

burguesia poderá se dar ao luxo de se apresentar perante os oprimidos como respeitosas da “democracia”, dos consensos e do “Estado de direito”.

A declaração de Boric e de toda sua base aliada, de que não apoiarão um novo processo constituinte, significa que foram as “forças “progressistas”, as que ganharam as eleições em 2021, as verdadeiras derrotadas em sua tentativa farsesca de reformar e democratizar o Estado, usando os instrumentos e palanques institucionais que hoje estão sob domínio da grande burguesia e de seus agentes políticos da direita e ultradireita. Derrota essa que encerra um capítulo do curso de capitulações da “esquerda” burguesa e pequeno-burguesa perante essas forças, desde que assumiu o comando do Estado.

A demagogia democratizante nada custa à burguesia e seus partidos orgânicos, quando a ausência de uma direção revolucionária impede transformar as tendências insurrecionais das massas em luta revolucionária pelo seu próprio poder. Pelo contrário, mostra uma tática efetiva para desviá-las da luta de classes e arrastá-las por trás das farsas democráticas que lhes permite mantê-las presas às ilusões democráticas. No entanto, seguem e seguirão presentes as necessidades objetivas dos explorados e oprimidos que, cedo ou tarde, voltarão a impulsionar sua revolta insurreccional contra o governo e a burguesia pelas suas necessidades mais imediatas. Assim como aconteceu em fins de 2019, mas uma vez as massas intuitivamente abandonarão essas ilusões. O que favorecerá à vanguarda com consciência de classe para ajudá-las a avançar na luta pela derrubada do Estado burguês, de seus agentes políticos e de sua classe dominante, retomando os elos objetivos do levante de 2019.

O fracasso do processo constitucional arrastado por quatro anos demonstra que não há como reformar o Estado burguês, sem que se projete a necessidade da revolução proletária para destruir o odiado regime. Trata-se, portanto, de arrancar os explorados da passividade a que foram levados pelas suas direções políticas e sindicais, partindo da defesa de suas reivindicações e da ação direta, trabalhar para que convirjam com o programa, os métodos e as táticas da revolução social e a estratégia do governo operário e camponês. ●